



Universidade Federal
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

IVINY KAROLINE PEIXOTO

**INTERCONEXÕES
Diálogos e Comunicação na Documentação de Acervos Arqueológicos**

**OURO PRETO
2025**

IVINY KAROLINE PEIXOTO

INTERCONEXÕES

Diálogos e Comunicação na Documentação de Acervos Arqueológicos

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a Dra Marcia Maria Arcuri Suñer

Coorientadora: Prof^a Dra Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira

OURO PRETO

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Iviny Karoline Peixoto

"Interconexões: Diálogos e Comunicação na Documentação de Acervos Arqueológicos"

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em 05 de setembro de 2025.

Membros da banca

Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Ranielle Menezes de Figueiredo - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Anna Beatriz Vieira Muniz Donatelli - (Universidade Federal de Ouro Preto))

Marcia Maria Arcuri Suñer, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Maria Arcuri Suner, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/12/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1026431** e o código CRC **B91CD483**.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, à minha família, em especial minha mãe, Marisley, minha irmã, Ivi, e meu irmão, José Fernando, que foram meu apoio, tanto emocional quanto financeiro, para que eu pudesse vir para esta cidade, a 800 quilômetros da minha terra natal, e, assim, realizar o sonho de cursar uma universidade federal. Ao longo dessa jornada, vivi experiências e aprendizagens que vão além do conhecimento acadêmico, momentos que, sem dúvida, foram essenciais para que eu me entendesse melhor como pessoa e como futura profissional. À minha avó, tias, tios, sobrinho, primas, primos e cunhado, agradeço por todos os momentos especiais que compartilhamos, mesmo com a distância. Sempre que estivemos reunidos, foi motivo de festa e alegria, encontros fundamentais para organizar os pensamentos e restabelecer minha saúde mental.

Aos amigos e família que Ouro Preto me deu, Marine Milani, Paulo Libanio e Pedro Santos, agradeço por toda a cumplicidade, companheirismo e pelos momentos compartilhados, sejam eles bons ou difíceis, mas que, com vocês, foram especiais e transformadores para mim. São amizades que, com certeza, levarei comigo onde quer que eu esteja. Às minhas “Museoamigas” Carol e Thainá, agradeço por todos os trabalhos em grupo realizados, onde cada uma contribuiu à sua maneira em sintonia, resultando trabalhos excelentes. Além das atividades acadêmicas, foram pessoas fundamentais para que os momentos de estudo se tornassem mais leves, com trocas e conversas que deixaram o percurso mais agradável.

Quero agradecer também à minha orientadora, Marcia Arcuri, pela oportunidade de iniciar esta pesquisa ainda na Iniciação Científica, pelas aulas incríveis ministradas e por todo o conhecimento compartilhado nos trabalhos de campo, que, com certeza, foram o ponto de partida para o meu interesse em me aprofundar no universo da Arqueologia e de suas práticas. Agradeço, igualmente, por ter acreditado em mim e por todo o apoio oferecido ao longo deste período. À minha coorientadora, Ana Audebert, agradeço por, ainda no início da graduação, ter nos apresentado o mundo da documentação museológica de uma forma que fez meus olhos brilharem, permitindo eu adentrar nesse campo que tanto me fascina da Museologia e que, posteriormente, me possibilitou estabelecer uma ponte com a Arqueologia.

Por fim, quero agradecer aos meus amigos “Lapacomers”, especialmente a Maria Ana, Arianne e Kalila, pelas trocas de experiências nos trabalhos de campo, assim como pelos

momentos de descontração que tornam todo o trabalho mais divertido. Também não posso deixar de agradecer à UFOP, por oferecer um curso tão importante para a preservação da memória e para a construção de narrativas que nos permitem conhecer nossa própria história, por meio de um ensino de qualidade, ministrado por professores especializados e de forma gratuita. Mesmo diante de dificuldades orçamentárias, a instituição não deixa de amparar os discentes que deixam suas casas, muitas vezes localizadas a grandes distâncias, garantindo sua permanência na cidade por meio das assistências oferecidas, além de fomentar pesquisas tão necessárias para o desenvolvimento do conhecimento.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo principal propor uma metodologia de documentação voltada a acervos arqueológicos, considerando as especificidades dessa tipologia e a realidade de instituições de pequeno e médio porte, como o Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciência e Técnica da Universidade Federal de Ouro Preto (LABARQ-UFOP). A partir da análise de fichas utilizadas por diferentes instituições, das diretrizes recomendadas pelo Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC) e da Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel do Iphan, foi elaborada uma ficha de registro acompanhada de um manual de preenchimento. O estudo discute os desafios da Musealização da Arqueologia no Brasil, como a ausência de padronização documental, a desarticulação entre os campos da Museologia e da Arqueologia, bem como os impactos da chamada Arqueologia de contrato nas políticas de salvaguarda desses bens culturais. Ressalta também a importância do fortalecimento do diálogo entre profissionais de ambas áreas para a construção de práticas interdisciplinares, que contribuem para a preservação, gestão e a comunicação dos acervos arqueológicos nas instituições de guarda.

Palavras-Chave: Documentação museológica, Documentação arqueológica, Musealização, Ficha de registro, Manual de procedimentos.

ABSTRACT

The primary objective of this study is to propose a documentation methodology specifically designed for archaeological collections, taking into account the particularities of this typology as well as the context of small- and medium-sized institutions, such as the Archaeology Laboratory of the Museum of Science and Technology at the Federal University of Ouro Preto (LABARQ UFOP). Based on the analysis of forms employed by different institutions, the guidelines recommended by the International Committee for Documentation (CIDOC), and the Registration Form for Movable Archaeological Heritage of Iphan, a registration form was developed, accompanied by a completion manual. The study addresses the challenges of the musealization of archaeology in Brazil, such as the lack of standardization in documentation, the disconnection between the fields of Museology and Archaeology, and the impacts of so-called contract archaeology on safeguarding policies for these cultural assets. It also highlights the importance of strengthening dialogue between professionals from both fields in order to build interdisciplinary practices that contribute to the preservation, management, and communication of archaeological collections within safeguarding institutions.

Keywords: Museological documentation; Archaeological documentation; Musealization; Registration form; Procedures manual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Folhas que compõem a Ficha Catalográfica de Acervos Arqueológicos elaborada pela equipe do projeto e do Museu Histórico Sorocabano.	33
Figura 2: Folhas que compõem a Ficha Catalográfica de Acervos Arqueológicos elaborada pela equipe do projeto e do Museu Histórico Sorocabano	34
Figura 3: Campos da ficha de catalogação de acervos Arqueológicos do MUSA (VC = Vocabulário Controlado)	38
Figura 4: Anotações no cadernos de campo e medição de nível (profundidade)	41
Figura 5: Registro fotográfico material vítreo em seu contexto de escavação	41
Figura 6: Fragmentos separados por tipologia.	42
Figura 7: Marcação do código numérico nos acervos metálicos.	43
Figura 8: Folha 1 da ficha de registro proposta	45
Figura 9: Folha 2 da ficha de registro proposta	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIDOC	Comitê Internacional de Documentação
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNIGP	Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IGP	Instituições de Guarda e Pesquisa
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABCOR	Laboratório de Conservação e Restauro
LAC	Licença por Adesão e Compromisso
LAPACOM	Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária
MCC	Museu Casa dos Contos
MCT-EM	Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas
MHS	Museu Histórico Sorocabano
MNMAMQ	Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada
MUSA	Museu da Amazônia
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SIPPAD	Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - MUSEALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	12
1.1. Documento e Documento Musealizado	12
1.2 Documentação Museológica	14
CAPÍTULO 2 - UM PANORAMA E AS PROBLEMÁTICAS QUE ATRAVESSAM A GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL	20
2.1. Musealização da Arqueologia	20
2.2. Documentação Museológica Aplicada aos Acervos Arqueológicos	25
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE MODELOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E PROPOSTA DE FICHA DE REGISTRO	29
3.1. Análise de Modelos de Gestão da Informação para Acervos Arqueológicos	37
3.2. Proposta de Ficha de Registro para o Laboratório de Arqueologia Vinculado ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, Ouro Preto-MG	46
3.3. Manual de Procedimento da Ficha de Registro	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

O ser humano, em sua essência, possui um sentimento preservacionista conduzido à perpetuação de sua existência, seja por meio de objetos, ritos, danças, músicas ou outras manifestações culturais que representam sua memória. Considerando o valor representativo dessas manifestações, reconhecê-las como patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, é o ponto de partida para garantir sua preservação através da institucionalização.

No processo de institucionalização do patrimônio cultural, a documentação é uma das ferramentas para a normatização desses bens. No âmbito dos objetos museológicos, a musealização é o meio pelo qual acervos são institucionalizados, fazendo com que percam seu valor utilitário e passem a ser reconhecidos como detentores de informações e representações simbólicas. Nesse sentido, a documentação desses acervos torna-se uma metodologia fundamental para preservar, reunir, organizar, sistematizar e comunicar as informações contidas em um objeto museológico.

Devemos considerar, também, a existência de uma infinidade de tipologias de acervos que fazem parte da história e as narram através de diversos olhares. Embora os museus sejam uma das principais janelas comunicacionais desses objetos, as instituições de guarda e pesquisa, assim como os laboratórios, especialmente os universitários, possuem em seu escopo de pesquisa, materialidades que também desempenham um papel crucial na difusão do conhecimento.

Nesse contexto, a presente pesquisa buscou explorar a documentação de acervos arqueológicos, tema ainda incipiente e com poucas publicações específicas, sobretudo no campo das práticas. A exiguidade de trabalhos sobre o tema não se dá pelo desinteresse dos profissionais da Museologia na Arqueologia, ou vice-versa, mas talvez resulte do fato de que a documentação arqueológica aplicada a instituições museais exige um trabalho laborioso para ser aplicado. Os eixos temáticos da pesquisa englobam o processo de musealização tanto de acervos museológicos quanto dos arqueológicos, que permitem a compreensão das aproximações e distanciamentos entre esses dois campos do conhecimento. Assim, a pesquisa buscou identificar os possíveis obstáculos e desafios na documentação arqueológica, com o objetivo de propor uma metodologia que amplie o diálogo entre esses acervos.

Para viabilizar a construção de metodologias que potencializam a comunicação de acervos arqueológicos, é fundamental identificar a raiz dessas problemáticas. Elas podem estar associadas à falta de diálogo entre os campos da Museologia e da Arqueologia, nas dificuldades do processo de musealização dessas tipologias de acervos, nos ruídos gerados

durante o processamento técnico ou, ainda, na infraestrutura precária que muitas instituições enfrentam no contexto brasileiro. É possível que todas essas hipóteses estejam interligadas.

Em artigo publicado na *Revista de Arqueologia*, em 2014, o museólogo e arqueólogo Diego Lemos aborda os desafios relacionados ao gerenciamento, aos procedimentos técnicos e científicos, bem como à comunicação dos acervos arqueológicos. O autor destaca o “descompasso” entre o que é produzido no campo da Arqueologia e o que é efetivamente reproduzido ao público, principalmente por meio dos museus. Ainda na perspectiva proposta por Lemos, é fundamental compreender a origem dos ruídos informacionais para viabilizar uma extroversão mais assertiva desse tipo de acervo.

A documentação no âmbito da Musealização da Arqueologia (Bruno, 1999, 2014; Lemos 2014) é de um tema de pesquisa importante e pertinente, visto que, apesar dos esforços de um grupo de pesquisadores dedicados à aproximação entre esses campos, os desafios abordados não foram superados; tampouco se restringem apenas aos museus, mas também laboratórios e demais instituições de guarda e pesquisa (IGP)¹ reconhecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como aptas para a salvaguardar as coleções e acervos arqueológicos.

Considerando os desafios que atravessam a documentação de acervos arqueológicos, Letícia Dutra e Mario Polo publicaram, em 2023, um artigo na revista *Museologia & Interdisciplinaridade*, no qual discutem essas dificuldades e apresentam especificidades relacionadas aos processamentos técnicos. Além disso, os autores propõem possíveis caminhos para a construção de metodologias e protocolos voltados à documentação desses acervos. Esses tópicos dialogam diretamente com a proposta do projeto, que, além de compreender a problemática, busca desenvolver abordagens metodológicas capazes de contemplar essas particularidades e fortalecer a comunicação entre os campos da Museologia e da Arqueologia.

A documentação museológica mostrou-se para nós como a porta de entrada para pensarmos novas formas de apropriação e promoção das coleções arqueológicas. Documentar o acervo vai além de uma questão de preservação de sua materialidade. Também diz respeito à preservação do potencial de pesquisa e ressignificação (Dutra; Polo, 2023, p. 84).

¹ As Instituições de Guarda e Pesquisa (IGP) são locais reconhecidos pelo Iphan capazes de salvaguardar, pesquisar e comunicar os bens arqueológicos. Essas instituições são registradas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (Cnigp), gerido pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA). O cadastro tem como objetivo manter e divulgar o registro de Instituições de Guarda e Pesquisa que possuem ou pretendem receber acervos oriundos de pesquisas arqueológicas (Iphan, 2022). No decorrer do trabalho será abordado sobre a regulamentação dos Endossos institucionais nas IGP.

A partir da compreensão dos obstáculos e desafios enfrentados no campo da musealização e da documentação arqueológica, o objetivo deste trabalho foi propor uma metodologia de gestão da informação, fundamentada na análise de fichas e metodologias adotadas por instituições que lidam com acervos arqueológicos. Essa abordagem permitirá a realização de um processo comparativo de experiências prévias registradas, com foco na estruturação de um método eficaz e adaptado, especialmente, à realidade de instituições de pequeno e médio porte, de modo que o resultado seja um material viável e aplicável na prática.

A metodologia de gestão da informação foi aplicada no Laboratório de Arqueologia, localizado em um dos espaços físicos do Museu de Ciência e Técnica da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), localizado no centro histórico da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. O laboratório está sob coordenação da arqueóloga Profª. Drª Marcia Arcuri Suñer e conta com a participação de alunos, no desenvolvimento das atividades cotidianas, em sua maioria do curso de Museologia, além de discentes de áreas afins, como História. O laboratório encontra-se em fase inicial de estruturação da gestão de seus acervos, o que torna este trabalho propício para aplicação prática, contribuindo para o desenvolvimento institucional.

Os campos informacionais propostos na ficha de registro dialogam diretamente com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), que enfatiza a importância do rigor metodológico, especialmente no que diz respeito à normatização das práticas documentais. Embora não exista um método padrão universal, o CIDOC defende que, uma vez estabelecida uma metodologia, esta deve ser aplicada de forma contínua e consistente.

Considerou-se, ainda, as especificidades da documentação arqueológica, uma vez que as informações coletadas em campo e seus registros associados são fundamentais não somente para a compreensão dos acervos, mas também para o processo de sua fruição que, em última instância, envolve outras esferas da documentação museológica. O controle e a padronização das terminologias são elementos cruciais, razão pela qual foram usadas como base, no contexto dos acervos arqueológicos, as terminologias adotadas na “Ficha de Cadastro Bem Arqueológico Móvel” implementada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a fim de evitar falhas no preenchimento das fichas e, consequentemente, minimizar ruídos informacionais durante a extroversão dos acervos.

CAPÍTULO 1 - MUSEALIZAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

1.1. Documento e Documento Musealizado

Primeiramente, é importante considerar que a discussão do conceito de documento depende do ponto de vista da área de atuação em que ele será abordado. A etimologia da palavra tem origem do latim *docere* e está associada a um instrumento oficial escrito, o que justifica, no senso comum, a tendência de se pensar o documento apenas como um objeto físico e escrito, vinculado a algum contexto histórico. O documento a priori consistia em conjuntos de testemunhos que tentavam reunir métodos da memória coletiva, para a comprovação de uma narrativa histórica. Como apontado por Jacques Le Goff:

Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento (Le Goff, 2003, p. 529).

A partir dos anos 1960 houve uma transformação no conceito de documento, onde Samaran ressignificou a afirmação “Não há notícia histórica sem documentos” anteriormente consolidada por Lefebvre, trazendo um sentido mais amplo onde o mesmo não precisaria ser necessariamente escrito, podendo também ilustrado, transmitido pelo som, imagem, dentre outras formas (Le Goff, 2003).

Outra base para reflexões sobre o sentido do termo documento está em Paul Otlet, advogado conhecido como o “pai da documentação”. Ele acreditava que documento estava para além de palavras escritas, seria qualquer objeto, independente de seu suporte que “documentasse” algo (Otlet, 2018). Nesse contexto, Otlet entendia o documento como algo que deveria ser guardado e preservado, por possuir representações de alguma atividade humana, ou da própria natureza.

A partir das reflexões de Otlet, a documentalista francesa Suzanne Briet em sua clássica obra “*Qu'est-ce que la documentation?*”, trás novas abordagens a respeito do conceito de documento e o redefine como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” acrescentando:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zôo (Briet, 1951, p.7, apud Niemeyer; Loureiro, 2013, p. 3).

Para Meyriat (1981), o documento é um objeto portador de informações, com o objetivo de comunicar. O conceito envolve duas condições, que são trabalhadas de forma conjunta e interdependente: o caráter material, que se refere ao suporte do objeto, e o conceitual, que diz respeito ao conteúdo informacional. Para o autor o documento é detentor de significação e que, a partir de uma intenção, pode transmitir mensagens de um emissor a um receptor.

Nesse sentido, “todo objeto pode, então, se tornar um documento” (Meyriat, 1981, p. 242), o que não significa, porém, que todo objeto tenha como função fornecer informação. A capacidade de um documento gerar informações é inesgotável, abrindo espaço para novas perspectivas e resultando em múltiplas interpretações a partir de um mesmo suporte informacional.

Trazendo a discussão para o olhar museológico, Padilha (2014), comprehende documento como qualquer objeto que tenha passado por alguma ação humana e que, independentemente de sua forma ou tipologia, contenha informação e representações simbólicas. Museus e outras instituições têm como premissa selecionar, pesquisar, salvaguardar e comunicar esses objetos, levando em consideração sua missão e especificidades tipológicas.

No processo de seleção, o objeto passa pela musealização, conceito desenvolvido no campo da Museologia por Zbynek Stránský e Wilhelm Ennenbach no início dos anos 1970 (Niemeyer; Loureiro, 2013). Stránský trabalha, em primeiro momento, o conceito de musealidade compreendido como o valor atribuído a um objeto advindo da natureza ou da sociedade que são evidências documentais de uma realidade (Baraçal, 2019). Embora os conceitos tenham sido redefinidos e reinterpretados por diversos autores ao longo do tempo, o princípio fundamental da musealização é a preservação do objeto, seja de suas informações contidas, como de suas características físicas.

Para falarmos de musealização, musealidade e objeto de museu não podemos deixar de mencionar as contribuições de Pomian (1984), para quem as coleções, sejam elas de contexto privado ou público, são testemunhos de um interesse comum: manter um conjunto de objetos, sejam eles de qualquer natureza, fora de uma atividade econômica definitiva e sob proteção de um espaço fechado e, ao mesmo tempo, acessível ao público.

Pomian (1984) aborda também que o sentido de preciosidade desses objetos está desconectado do valor comercial, relacionando-se então com suas características extrínsecas e intrínsecas, que conferiam certo prestígio a quem os possuía. É fato que a formação de uma

coleção é excludente, pois a partir do momento que seleciona “o que colecionar”, segue-se um sentido de sua unicidade tipológica a partir de um interesse individual do colecionador.

Nesse contexto, Pomian (1984) demonstra a partir do conceito de semióforo a carga “preciosista” que uma coleção possui, na qual a “utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa.” (Pomian, 1984, p. 72). Nesse sentido o objeto de museu perde seu valor utilitário e adquire um valor simbólico, que lhe é atribuído, tornando-se um portador de informações representativas de culturas, grupos, períodos históricos, movimentos artísticos, entre outros.

O ato de transformar “objetos do cotidiano em documentos é intencional”, e contribui para a criação de uma “categoria temporária e circunstancial” de documentos. O documento é, assim, “uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural” (Dodebe, 1997, p. 174-175 apud Niemeyer; Loureiro, 2013, p. 7).

A musealização no século XX foi instrumento ideológico representativo das identidades dominantes que, a partir dos objetos musealizados, disseminavam valores individuais heterogêneos ocidentais. Porém, como apontado por Bralon (2015), hoje as coleções históricas que antes representavam uma autoridade nada significam, ou valem, sem uma documentação adicional; os documentos são mediadores de comunicação e diálogo com o público do museu e, ainda segundo o autor:

O fato que nos revela a história dos museus é o de que a musealização, como outros processos sociais, depende de uma crença social para se fazer legítima. Crença na narrativa criada por meio de objetos que adquirem valor na medida mesmo em que são inseridos em narrativas, e passam a ser vistos como portadores de *uma* verdade (Bralon, 2015, p. 60).

1.2 Documentação Museológica

Considerando a importância e o valor informacional simbólico que um acervo carrega, pensar em sua salvaguarda é o ponto de partida para que ele cumpra sua função social por meio da pesquisa, e crie pontes de comunicação e diálogo. O trabalho de gestão e documentação realizado de forma ética, respaldado pela legislação e com responsabilidade, é fundamental para garantir sua preservação e função dialógica (Padilha, 2014).

A documentação de acervos tem a função de registrar, organizar e reunir todas as informações relacionadas ao objeto selecionado, sejam elas intrínsecas, referentes às suas características físicas e morfológicas, ou extrínsecas, obtidas por meio da pesquisa (Moro, 1986). Além disso, a documentação abrange toda a "nova vida" do objeto na instituição,

incluindo movimentações, intervenções de conservação, restauração, entre outros aspectos internos das instituições.

No âmbito da documentação não há uma padronização metodológica, porém existe o Comitê de documentação - CIDOC, um órgão internacional específico sobre documentação de museus, implementado pelo Conselho internacional de Museus - ICOM. O CIDOC visa a reunião de especialistas na área de informação, como também curadores e bibliotecários, a fim de investigarem normas, terminologias e outras questões que envolvem a gestão da documentação em museus (Padilha, 2014).

Em 1995 foi publicada a primeira edição das *Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do CIDOC*, contemplando questões práticas para estruturação da informação e se tornando referência importante para profissionais e pesquisadores da área de Museus. Já a *Declaração de princípios da Documentação em Museus*, publicada em 2012 demonstra os objetivos e a funcionalidade da documentação museológica (CIDOC, 2014).

Segundo o CIDOC, os objetivos da documentação consistem em garantir a responsabilidade legal pelos objetos em museus, como também auxiliar na segurança e organização de seus arquivos históricos, além de favorecer o acesso à pesquisadores e interessados nos objetos. A partir de uma documentação eficiente, torna-se possível que as instituições de guarda e museus dinamizem outros processos intimamente relacionados a essas práticas, como a “política de acervo; os cuidados e a prestação de contas em relação ao acervo; o acesso, a interpretação e a utilização, bem como a pesquisa” (CIDOC, 2014, p. 19).

As diretrizes implementadas pelo CIDOC (2014) incluem elementos primordiais para a realização de uma documentação eficiente, incluindo categorização de informações, descrição de regras que perpassam a inserção dessas informações nas suas devidas categorias, como também discussões no que tange as terminologias que podem ser utilizadas. Essas diretrizes foram baseadas na experiência prática e observação de projetos realizados por profissionais do campo, e são aplicadas de acordo com a missão e tipologia de cada instituição museológica.

O controle de conteúdos e terminologias é uma das diretrizes aplicadas pelo CIDOC que possibilita a dinamização na recuperação das informações de um registro catalográfico por meio dos tesouros, ferramenta importante para a padronização de termos na categorização dos objetos. No Brasil, o primeiro tesouro foi criado em 1987 por Ferrez e Bianchini, uma iniciativa associada ao Museu Histórico Nacional que se voltava à normalização de termos e padronização dos registros, assim evitando ambiguidades de significados (Padilha, 2014).

A estrutura de um tesouro constitui duas partes, sendo elas sistemática e alfabética. A primeira faz parte do planejamento do mesmo, onde os termos são organizados por ordem hierárquica de gênero e as categorias e subcategorias recebem um número e asteriscos subsequentes. Já a parte alfabética contempla a estrutura do tesouro: possui uma lista extensa dos termos “preferidos” e “não preferidos”, sendo os mesmos acompanhados de relações de lógica e semântica de outros termos (Ferrez, 2016).

A partir das ferramentas e diretrizes construídas ao longo do tempo pelo CIDOC, as instituições museológicas sistematizam suas metodologias de documentação em conformidade com suas próprias políticas e com os contextos nos quais estão inseridas, sendo estes determinantes e restritivos para a estruturação dessas metodologias. Os aspectos determinantes estão intimamente ligados à gestão dessas instituições, a qual influencia diretamente no capital disponível para a sua manutenção, que consequentemente impacta em como a metodologia será aplicada na prática.

Nesse sentido, no campo da Museologia há uma base metodológica para a estruturação da documentação, com o objetivo de alcançar uma padronização básica, embora passível de adaptação. Após o objeto museológico passar pelos processos definidos na política de aquisição da instituição, o arrolamento é um dos primeiros procedimentos a serem realizados, exigindo cuidado e continuidade como toda atividade que contempla a documentação museológica. O arrolamento consiste em um reconhecimento inicial do acervo que compõe o museu; nessa atividade, elabora-se uma lista enumerada contendo a tipologia de cada item do acervo (Padilha, 2014). Trata-se de uma ferramenta importante e crucial tanto para a compreensão da dimensão do acervo quanto para a sua segurança.

A identificação dos objetos por meio das marcações e dos números de inventário é outra etapa inicial crucial para o desenvolvimento de uma boa metodologia de documentação museológica, sendo responsável pela sistematização e organização do acervo, além de funcionar como uma ferramenta que facilita a recuperação das informações documentais (Padilha, 2014). Nesse contexto, as instituições museológicas devem refletir criteriosamente antes de definir o número de registro, bem como o tipo de marcação, de acordo com a tipologia do objeto.

Para a criação do número de registro devem ser considerados códigos que estabeleçam uma ordem e dinamizem o acesso às informações do acervo (Padilha, 2014). É importante lembrar que, após a marcação realizada no objeto, ela não pode ser modificada nem transferida sem que sejam seguidos os procedimentos definidos pela política de descarte da instituição. Da mesma forma, uma vez adotado um tipo de código, este não pode ser

remodelado. Embora não existam normas oficiais para a criação de números de registro, há recomendações técnicas baseadas nos princípios da Museologia, que permitem a cada instituição aplicá-las da forma que melhor se adequa às suas necessidades.

Este número, a identificação do objeto no museu ao qual pertence, será repetido sempre como referência ao objeto nos diversos catálogos, fichas, negativos, diapositivos, cópias fotográficas, publicações, durante a análise curatorial e durante as etapas da conservação (Moro, 1986, p. 49).

Quanto aos tipos de códigos utilizados na criação da numeração dos objetos, existem o sistema numérico bipartido e os sistemas alfanuméricicos bipartido e tripartido (Padilha, 2014). O primeiro consiste em um código composto apenas por números, organizados em duas partes. A primeira identifica o ano de aquisição do objeto, seguida por um símbolo divisor, como ponto, barra ou traço, e, por fim, o número sequencial.

- Exemplo: 25.001 ou 2025.001

25/001 ou 2025/001

25-001 ou 2025-001

No sistema alfanumérico, por outro lado, o código é representado por letras e números, onde o sistema bipartido traz essa representação dividida em duas partes e o tripartido em três (Padilha, 2014). Nesse contexto, as letras podem representar, por exemplo, o nome da instituição, do colecionador ou da coleção, seja por meio de siglas ou até mesmo por algarismos romanos, seguidas por um símbolo divisor e pelo número sequencial.

- Exemplo sistema bipartido alfanuméricico: CI.001

CI/001

CI-001

CI: representa o nome da coleção

- Exemplo sistema tripartido alfanuméricico: MUS.CI.001

MUS/CI/001

MUS-CI-001

MUS: representa o nome da instituição

CI: representa o nome da coleção

Outro aspecto relevante na criação do código de registro é a existência de peças compostas por mais de um elemento. Por exemplo, no caso de uma chaleira com tampa, essa parte complementar não pode ser separada nem dissociada, pois pertence ao mesmo conjunto

(Padilha, 2014). Nesses casos, todas as partes recebem o mesmo número de registro, acrescido de letras ou algarismos sequenciais.

- Exemplo sistema bipartido com acréscimo de componentes associados à um mesmo objeto: MUS.001.1 ou MUS.001.a
MUS.001.2 ou MUS.001.b

O último número ou letra representa as partes componentes do objeto.

Definida e realizada a marcação do número de registro nos objetos, a elaboração da ficha catalográfica torna-se a principal ferramenta para reunir, em um único documento, todas as informações que, em outros contextos, estariam dispersas, dificultando a comunicação museológica desses bens. A ficha catalográfica é estruturada em duas partes: a primeira reúne dados que identificam o objeto (como número de registro, localização na instituição, nome, material, peso, entre outros), enquanto a segunda concentra informações contextuais que exigem pesquisa bibliográfica, análises técnicas, além da data e da identificação de quem realizou o registro (Padilha, 2014).

Segundo Fernanda de Camargo Moro (1986), ao se pensar na estruturação de uma ficha catalográfica, é fundamental atentar para a hierarquização das informações, que devem ser organizadas de acordo com uma lógica de prioridade, a fim de facilitar a recuperação rápida dos dados mais relevantes. As informações classificatórias, por exemplo, devem estar agrupadas por conceitos, enquanto os dados de registro devem possibilitar o controle eficaz de identificação.

Além das fichas catalográficas, os museus devem manter o Livro de Tombo, uma ferramenta fundamental para o controle da entrada de acervos museológicos nas instituições. A estruturação desse livro exige a obediência de princípios jurídico-administrativos necessários para que o registro tenha valor legal. Entre esses princípios estão: a numeração sequencial dos livros, a presença de um termo de abertura e de encerramento (quando cabível), a rubrica em todas as páginas, a inexistência de rasuras ou correções, e o preenchimento padronizado das informações, não permitindo espaços em branco entre o registro de um objeto e o seguinte. Os campos básicos que devem constar no Livro de Tombo incluem: nome do objeto, data do objeto, data de entrada, forma de aquisição, nome do doador (se houver), origem e procedência. Por fim, deve haver um campo para observações e outro destinado à assinatura do responsável pelo preenchimento (Bottallo, 2010).

Uma vez definida a metodologia de documentação dos acervos museológicos estruturada e criados os *Livros de Tombo* preenchidos, hoje as instituições têm buscado

utilizar tecnologias digitais para dinamizar a organização e o controle das informações, além de utilizá-las como ferramentas de divulgação e acesso às coleções. Isso se torna ainda mais relevante se considerarmos que a maior parte dos acervos museológicos não estão no circuito expositivo, mas sim acondicionados nas reservas técnicas. Embora as instituições tenham ampliado gradualmente o uso de ferramentas digitais para a catalogação, no Brasil essa ainda é uma prática pouco explorada, o que evidencia fragilidades no campo da gestão da informação (Conrado; Lopes, 2020).

O projeto Tainacan² foi criado a partir da necessidade de disponibilizar uma ferramenta tecnológica para a divulgação dos acervos digitais das instituições culturais brasileiras (Conrado; Lopes, 2020). A iniciativa surgiu de um projeto de pesquisa na área de Sistemas da Informação da Universidade Federal de Goiás. As premissas para a concepção do software incluíam a gratuidade, considerando que grande parte das instituições brasileiras não dispõe de recursos suficientes para investir em tecnologia. Também a flexibilidade proposta a partir de um software customizável, partindo do pressuposto que cada instituição adota uma metodologia própria de documentação, bem como a acessibilidade, foram priorizadas, para que qualquer colaborador pudesse utilizar o Tainacan sem depender de um profissional especializado.

No contexto brasileiro, as políticas públicas voltadas à digitalização e divulgação dos acervos na internet passaram a ganhar força a partir dos anos 2000, com a criação de editais específicos para esse fim, como os promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outra iniciativa relevante foi o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais (SIPPAD), organizado pelo Ministério da Cultura (Conrado; Lopes, 2020). Embora essas ações tenham sido importantes para o desenvolvimento digital das instituições, elas não conseguiram atendê-las de forma ampla e unificada, sendo as instituições de menor porte e universitárias as mais impactadas.

² O Tainacan é um software livre baseado em WordPress, utilizado como repositório digital e ferramenta de divulgação de acervos, sendo amplamente adotado por museus e instituições culturais.

CAPÍTULO 2 - UM PANORAMA E AS PROBLEMÁTICAS QUE ATRAVESSAM A GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS NO BRASIL

2.1. Musealização da Arqueologia

O conceito de Musealização da Arqueologia está diretamente relacionado à história das coleções, que teve início com os colecionadores “curiosos”³ e seus gabinetes de curiosidades, até chegar à criação dos museus e à forma como essas instituições passaram a tratar os acervos arqueológicos ao longo do tempo. Segundo Pomian (1984), há duas tendências principais: os museus arqueológico-artísticos, nos quais valorizava-se o aspecto estético dos artefatos, com um ideal de preciosismo e de marco civilizatório; e os museus arqueológico-tecnológicos, voltados para acervos pré-históricos, nos quais o valor funcional e tecnológico dos acervos era priorizado, promovendo análises que relacionam o objeto ao espaço.

Embora as perspectivas arqueológicas abordadas por Pomian tenham sido essenciais para a valorização desses acervos, sendo por muito tempo a base de muitas instituições, essa visão vem sendo ressignificada a partir de uma demanda social, o que potencializa o uso e a relevância do patrimônio arqueológico na atualidade (Bruno, 2014). Hoje, a Musealização da Arqueologia está comprometida com o fortalecimento dos vínculos entre os vestígios e a sociedade contemporânea, considerando a diversidade englobada por aquilo que entendemos por “patrimônio arqueológico” e dos contextos socioculturais relacionados. Assim, para que esse objetivo seja alcançado, são necessários procedimentos técnicos advindos da Museologia, especialmente nas áreas de salvaguarda e comunicação, que possibilitam a construção dessa relação entre o objeto e o indivíduo.

A Musealização da Arqueologia no Brasil pode colaborar para amenizar as distâncias entre o Brasil Indígena e o Brasil Colonizado, entre o campo e a cidade, o erudito e o popular, o norte e o sul, o público e o privado e, sobretudo, entre a universidade e a sociedade em geral. A extroversão dos bens arqueológicos por meio de exposições e ação educativa pode ampliar, para os diversos segmentos da sociedade, por exemplo, as abordagens sobre a antiguidade da ocupação do território brasileiro e da nossa diversidade cultural (Bruno, 2014, p. 13).

Segundo Wichers (2011), a Musealização da Arqueologia busca compreender o “território patrimonial” e a “realidade arqueológica” a ser musealizada. Essa realidade,

³ Esses colecionadores pertenciam à classe nobre do século XVI e organizavam em seus Gabinetes de Curiosidades, objetos oriundos das expedições marítimas europeias de ocupação territorial. O maior interesse desses colecionadores estava voltado para peças consideradas exóticas, de grande valor artístico e científico, produzidas tanto pela ação humana quanto pela própria natureza. O acesso a esses gabinetes era restrito a uma nobreza intelectual vinculada às artes e às ciências (Pereira, 2006).

necessariamente inserida em um território, é composta por coleções herdadas do passado, resultantes de estudos realizados por arqueólogos ou por comunidades locais, como também por vestígios contemporâneos advindos de pesquisas arqueológicas, pelos sítios arqueológicos passíveis de musealização e, por fim, pelas narrativas construídas a partir das interpretações do território e dos vestígios. Essas narrativas, articuladas com a Museologia e outras áreas das ciências sociais, são fundamentais para a construção de memórias, especialmente daquelas que foram apagadas da história oficial.

Segundo Laia e Arcuri (2016), a Musealização da Arqueologia ocorre por meio de uma relação interdisciplinar entre campos que compartilham um interesse comum: a preservação de memórias. A Arqueologia nesse contexto coleta, analisa, identifica e interpreta os vestígios que remontam às atividades humanas, enquanto à Museologia compete a identificação, comunicação e salvaguarda desses acervos. Os autores também reforçam que essa relação não se encerra no momento em que a materialidade arqueológica é inserida nas instituições por meio dos processos de musealização, mas deve ser compreendida como um ponto de partida para iniciativas mais eficazes de proteção e comunicação dessa tipologia de acervo, com um olhar mais “amplo, híbrido e multifocal”.

[...] os artefatos revelados pela arqueologia constituem material significante para os segmentos de valorização patrimonial de um território. Essa conexão de reconhecimento e valorização, ou seja, da inserção do bem arqueológico na lógica do discurso patrimonial, ocorre efetivamente por meio da Museologia. Por esse prisma, nota-se que as ações museológicas apresentam condições próprias e necessárias de sequenciar a cadeia operatória de processamento do material arqueológico, iniciada nos procedimentos de evidenciação destes materiais, indo até à sua comunicação social (Laia; Arcuri, 2016, p. 226).

No Brasil, o patrimônio arqueológico passou a ser reconhecido na legislação a partir do Decreto-Lei nº 25/1937, que o classificou como patrimônio histórico e artístico, em razão de seu valor representativo da ação humana ao longo do tempo. Por isso, esses bens deveriam ser preservados e submetidos ao processo de tombamento. Após esse marco legal, o patrimônio arqueológico voltou a ser contemplado na legislação com a criação do Código Penal em 1940, que passou a punir aqueles que danificassem esse tipo de bem. Nesse mesmo período, foi instituído o registro de sítios arqueológicos no Brasil, reforçando as medidas de proteção e preservação.

Ao observarmos o processo de musealização de acervos arqueológicos no Brasil, vemos algumas disparidades em comparação às outras tipologias. Isso se dá principalmente por meio de sua patrimonialização, respaldada pela Lei 3.924/61, onde os profissionais de campo (arqueólogos) que definem o que é e o que não é arqueológico; ou seja, os mesmos possuem a responsabilidade de selecionar o que deve ou não ser preservado (Lemos, 2014).

Diferente do que ocorre no processo de patrimonialização e musealização de outros bens culturais, que perpassam por vários setores administrativos e diferentes campos científicos em que se inserem os agentes do patrimônio, para que seja validado.

Para Lemos (2014), há a premissa de que, nos museus, ocorrem ruídos informacionais em relação ao que é produzido no campo da Arqueologia e ao que é efetivamente reproduzido pelas instituições. Renfrew e Bahn (2004), por sua vez, afirmam que os arqueólogos tendem a priorizar novas pesquisas e escavações em detrimento do trabalho de pós-escavação, que envolve análise e publicações. Essa perspectiva reforça a falta de comunicação entre os campos da Museologia e da Arqueologia na divulgação do conhecimento.

Essa falta de diálogo entre o campo da Arqueologia e as instituições de guarda (Museologia) pode resultar em um "esquecimento" da Arqueologia, das narrativas produzidas por esse campo, bem como das memórias e dos territórios associados às pesquisas. A autora Cristina Bruno (1999) descreve esse cenário como a “estratigrafia do abandono”, uma ideia que surge a partir do entendimento de que o período colonial no Brasil influenciou o processo de desvalorização dos estudos e vestígios arqueológicos, justamente por estarem intimamente ligados a grupos e narrativas que esse período histórico buscava apagar.

[...] coleções arqueológicas quando inseridas no contexto dos acervos museológicos se mostram pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais, o que revela então camadas de relações que foram estabelecidas para com estes artefatos e evidencia um processo que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais ou nacionais – daí porque serem memórias exiladas (Silva, 2008, p. 60).

Outro fator que também deve ser considerado no contexto da Musealização da Arqueologia no Brasil, apontado por Lemos (2014), é sobre a problemática no que tange o crescimento exponencial dos acervos em museus, laboratórios e centros de pesquisa, impulsionado por endossos institucionais vinculados a processos de licenciamento. Esse aumento, no entanto, não tem sido acompanhado por investimentos em infraestrutura e pela contratação de profissionais qualificados para gerenciar a salvaguarda desses bens. Como consequência, muitas reservas técnicas encontram-se abarrotadas e em condições precárias, o que compromete a conservação desses acervos que possuem uma grande diversidade tipológica.

Os endossos institucionais estão diretamente relacionados com a Musealização da Arqueologia na atualidade. A “Declaração de Endosso” foi regulamentada em 1988 pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por meio da Portaria nº 7, sendo emitida por instituições científicas responsáveis pela salvaguarda dos acervos

arqueológicos. Mais tarde, em 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) estabeleceu, por meio da Portaria nº 230, a obrigatoriedade da realização de pesquisa arqueológica prévia à construção de novos empreendimentos no território nacional. A partir dessa normativa, buscou-se consolidar uma responsabilização mútua entre arqueólogos, instituições de guarda e empreendedores, sobre os acervos advindos desses estudos. Porém, essa equação ainda não se equilibrou.

Os endossos institucionais se relacionam com interesses de mercados desenvolvimentistas e à legislação ambiental vigente, instituída pelo Iphan a partir da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Essa lei prevê o licenciamento ambiental como uma das exigências a serem cumpridas para a autorização da construção de empreendimentos potencialmente degradadores, sendo o licenciamento uma forma de controle sobre atividades que impactam o meio ambiente. Nesse cenário, os estudos arqueológicos torna-se etapa obrigatória para a aprovação do processo de licenciamento ambiental. A partir desse ponto, os métodos e as pesquisas arqueológicas passam a se distanciar de seus objetivos científicos e acadêmicos, e se aproxima dos interesses do mercado capitalista, o que dá origem à chamada Arqueologia de contrato (Costa; Comerlato, 2014).

Carlos Alberto Santos Costa e Fabiana Comerlato (2014) apontam que, partindo da premissa de que as instituições endossantes são responsáveis pela guarda, documentação e comunicação dos acervos provenientes de projetos arqueológicos, há princípios a serem considerados no âmbito do endosso e da guarda. Com a transferência de responsabilidade entre instituições – uma vez que os vestígios arqueológicos, ao serem retirados de seus contextos (sítios), passam a depender das instituições de guarda para sua preservação e socialização – é importante reconhecer que não é possível prever a quantidade de materiais que sairá de uma escavação. Os vestígios, ao serem retirados de seus contextos, exigem diferentes formas de manutenção, devido à diversidade tipológica de seus componentes constituintes. Do ponto de vista legal, os acervos arqueológicos são considerados bens da União, e sua preservação, assim como a dos sítios arqueológicos, fundamenta-se em seu valor social.

[...] as responsabilidades que uma instituição assume com a guarda dos materiais arqueológicos são legais, técnicas e sociais, de natureza permanente e continuada. No entanto, curiosamente, estas mesmas responsabilidades são geradas em decorrência de um processo de transferência da autonomia institucional. [...] a garantia dada com a emissão de uma “Declaração de endosso institucional” se dá por meio da transferência dos direitos, deveres e responsabilidades institucionais ao arqueólogo coordenador do projeto arqueológico endossado. Em síntese, a instituição perde o controle sobre o que endossa, mas assume as responsabilidades

sobre aquilo que não detém controle, ou seja, o projeto endossado (Costa; Comerlato, 2014, p. 120).

Do ponto de vista das instituições de guarda, ainda há pouco entendimento sobre o funcionamento do mercado de licenciamento ambiental e dos endossos institucionais, bem como sobre quais seriam suas obrigações nessas relações, considerando os diferentes olhares que os dois campos envolvidos têm sobre o patrimônio arqueológico (Costa; Comerlato, 2014). Por outro lado, a relação entre empresa, arqueólogo contratado e instituição de guarda pode ser proveitosa para a instituição endossante. Por meio de negociações mediadas pelo arqueólogo e pela empresa, é possível estabelecer contrapartidas que promovem melhorias na infraestrutura dos espaços que receberão os acervos provenientes desses projetos, possibilitando seu pleno funcionamento e a adequada manutenção dos vestígios arqueológicos.

Embora as contrapartidas concedidas para as instituições endossadas ocorram, sendo entendidas como importantes e necessárias, há um consenso entre os agentes interessados de ambos campos, Arqueologia e Museologia de que elas ainda são insuficientes diante do grande volume de materiais que chegam às instituições endossantes. Isso torna o processo de musealização, que envolve pesquisa, documentação, comunicação, preservação, e extroversão, mais complexo e demorado, consequentemente impactando sua capacidade de criar pontes de memórias, especialmente desses grupos e comunidades impactadas pelas construções de empreendimentos (Costa; Comerlato, 2014). Nesse cenário, a Arqueologia e sua musealização acabam tornando-se palco de disputas entre o poder político, econômico e os grupos sociais frequentemente desconsiderados ao longo de todo o processo desenvolvimentista.

Outro embate que atravessa o patrimônio arqueológico e sua preservação é a “PL da devastação”, o Projeto de Lei nº 2.159/2021, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que flexibiliza normativas no licenciamento ambiental brasileiro, através da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) como regra geral. Essa licença permite que empreendedores se comprometam a cumprir exigências ambientais sem a necessidade de análise técnica prévia, como o monitoramento arqueológico, baseando-se em autodeclarções. Além disso, o projeto altera o dever do Iphan, transformando seu papel sobre vestígios arqueológicos de vinculante para consultivo. Essa mudança reduz a obrigatoriedade de cumprimento das recomendações do Iphan, permitindo que empreendimentos sejam aprovados sem a devida consideração dos impactos sobre sítios arqueológicos. Em nota o Iphan aponta que:

Ao delegar exclusivamente ao empreendedor ou ao órgão licenciador decisões que demandam conhecimento técnico específico sobre o patrimônio cultural, o projeto desfigura o sentido do licenciamento ambiental e enfraquece o papel do Estado na proteção dos direitos coletivos. O resultado pode ser a perda irreversível de referências culturais e o aprofundamento de desigualdades sociais já consolidadas (Iphan, 2025).

Essa flexibilização representa riscos para o patrimônio arqueológico e para as instituições que recebem acervos. Sem a exigência de parecer vinculante, há maior possibilidade de destruição ou descaracterização de sítios arqueológicos. Além disso, a ausência de avaliação técnica e o monitoramento arqueológico podem resultar em acervos recebidos por instituições sem o devido contexto, comprometendo sua preservação, interpretação e pesquisa. Em nota, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) manifestou repúdio à medida, ressaltando que ela representa um retrocesso e uma grave ameaça não apenas aos bens arqueológicos, mas também ao meio ambiente, às comunidades quilombolas e indígenas, que permanecem excluídas do processo de tomada de decisão.

2.2. Documentação Museológica Aplicada aos Acervos Arqueológicos

A aproximação entre a Arqueologia e a Museologia vem sendo promovida no Brasil há pouco mais de 30 anos (Costa; Comerlato, 2014, p. 116). Para Marilúcia Bottallo (2010), nas atividades de curadoria documental, a maneira como se comunica o objeto, assim como as informações sobre sua origem, forma de aquisição, entre outras, vão além de simplesmente expressar o histórico desse acervo. Essas informações funcionam como pontes de diálogo entre os próprios objetos, as coleções e o próprio museu. Esse conceito é fundamental para se pensar a documentação museológica aplicada aos acervos arqueológicos, considerando que o fragmento, em sua unicidade, não comunica por si só. Ele precisa estar inserido em um conjunto, acompanhado também das informações extraídas dos cadernos de campo, do contexto arqueológico em que foi retirado, de desenhos técnicos, dentre outros registros, para se tornar passível de diálogo e comunicação quando incorporado aos museus e instituições de guarda.

Sobre a documentação museológica, Bottallo (2010) reforça que se trata de um sistema que exige rigor e que não se limita a uma simples metodologia de classificação de um objeto observável, mas sim a um conjunto de princípios regidos por normas pré-estabelecidas. A autora também destaca que a documentação museológica opera em diferentes níveis de atividades, que respondem tanto à produção de conhecimento quanto às demandas jurídicas. No primeiro caso, a identificação dos acervos museológicos serve para fins culturais,

pesquisas acadêmicas e outros tipos de divulgação. No segundo, sua quantificação cumpre uma função administrativa das instituições que salvaguardam esses acervos.

Levando em consideração o rigor metodológico exigido pela documentação museológica, a padronização dos procedimentos torna-se uma necessidade, a fim de que todos os profissionais envolvidos no processo de catalogação tenham um entendimento claro sobre suas etapas. Nesse contexto, é fundamental a criação de manuais de procedimentos, que devem periodicamente serem revisados e atualizados, contendo regras para a utilização e o preenchimento dos campos informacionais presentes na ficha de catalogação ou banco de dados sobre os acervos (Bottallo, 2010).

No contexto da documentação de acervos arqueológicos, é comum que, ao chegarem aos museus e instituições de guarda, apresentem perdas de informações relacionadas ao seu contexto (extrínsecas), seja por descuido dos responsáveis envolvidos, durante o transporte ou outras movimentações. Por isso, é fundamental estabelecer diretrizes prévias de documentação, com normas de procedimentos definidas e aplicadas ainda em campo, a fim de assegurar o controle necessário para que nenhuma informação seja perdida. Assim, ao serem inseridos nas instituições, os acervos podem seguir para os processos técnicos de documentação museológica de forma eficaz (Fernandes; Costa, 2018).

Segundo Ballardo (2013, 2021), a metodologia de documentação aplicada a acervos arqueológicos difere daquela utilizada em outras tipologias, como os acervos históricos e artísticos, principalmente porque estes geralmente possuem registros dissociados de seus contextos físicos. Já os acervos arqueológicos, por sua natureza, estão indissociavelmente vinculados a um espaço ou território. A autora destaca que, desde os anos 2000, profissionais da Museologia e da Arqueologia vêm discutindo e desenvolvendo novas metodologias para a documentação de coleções arqueológicas. Esses estudos têm direcionado atenção principalmente ao gerenciamento dos sítios arqueológicos, favorecendo a associação entre as informações obtidas em escavações e prospecções com os dados referentes ao próprio sítio onde os vestígios estavam inseridos.

Nessa direção, a estruturação da ficha catalográfica é uma etapa fundamental para garantir que a documentação seja precisa e acessível. Para isso, é necessário considerar a missão da instituição, sua política de aquisição e o contexto do acervo, de modo que os campos criados atendam às suas especificidades (Losada; Pereira, 2023). No caso de acervos arqueológicos, recomenda-se utilizar como base a ficha de cadastro de bem arqueológico móvel (Anexo II da Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016), que apresenta campos essenciais a serem considerados em uma ficha de registro. Essa ficha contempla nomenclaturas

utilizadas no campo da Arqueologia, o que pode facilitar a criação dos manuais de procedimentos e contribuir para a padronização das práticas documentais.

Os registros fotográficos associados à documentação dos acervos inseridos nos museus e instituições de guarda são também ferramentas fundamentais para rápida recuperação e identificação de dados, além de serem essenciais em outros processos internos das instituições, como os de conservação e restauro, movimentação, empréstimos, etc. Fernanda de Camargo Moro, em sua publicação de 1986, *Museu: Aquisição e Documentação*, destaca a importância da fotografia nos processos de documentação museológica. Por outro lado, a autora também revela as dificuldades de se aplicar essa prática no período, considerando que as câmeras ainda eram analógicas, o que exigia um alto investimento das instituições em filmes, além da baixa qualidade de revelação em muitos casos, fatores que dificultavam a identificação precisa dos acervos.

Atualmente, com o uso de câmeras digitais e smartphones, os processos de registro fotográfico tornaram-se mais dinâmicos e eficientes. Esses dispositivos oferecem melhor qualidade de imagem, maior capacidade de armazenamento e permitem a rápida transferência de dados. Ao trazer essa perspectiva para as dinâmicas arqueológicas, observa-se que os registros fotográficos são indispensáveis não apenas no processo de catalogação, mas também na documentação do espaço, da paisagem, do território e dos vestígios em seus contextos de escavação. Quando associados a outros dados coletados em campo, esses registros contribuem para o aperfeiçoamento da catalogação e da compreensão dos vestígios arqueológicos.

Nessa perspectiva, pensar na segurança dos sistemas de documentação e os registros associados é primordial para a preservação da “história” dos objetos (Ferrez, 1991), pois a perda de qualquer informação, especialmente das extrínsecas (pesquisa), pode acarretar retrabalho ou até mesmo a perda definitiva desses dados. Nesse sentido, as instituições devem adotar diferentes suportes para a recuperação e proteção das informações, como cópias físicas de segurança e armazenamento em servidores externos.

O primeiro procedimento técnico adotado em laboratório, após o recebimento dos materiais arqueológicos, é o conhecimento geral do acervo, demonstrada por meio das fichas de campo, cadernos, registros fotográficos e relatórios, com o objetivo de viabilizar a estruturação de um primeiro arrolamento, que permita compreender a dimensão e a diversidade tipológica desses acervos (Fernandes; Costa, 2018). Posteriormente, caso os vestígios arqueológicos não tenham passado por nenhum processo de higienização, essa etapa deve ser realizada, respeitando as características e especificidades de cada tipologia de material, para enfim dar início às marcações nas peças, utilizando os códigos

pré-estabelecidos pela instituição.

No que diz respeito à criação dos códigos de registro para catalogação de acervos arqueológicos, Ballardo (2021) destaca a importância desses códigos estarem vinculados ao contexto espacial de onde os vestígios foram retirados. Por exemplo, ao se pensar na catalogação de um acervo histórico em museu, o código de registro costuma estar associado diretamente à instituição de guarda. Já no caso dos acervos arqueológicos, os códigos devem estar relacionados ao sítio, setor, unidade de escavação, ou ambos, a fim de garantir uma recuperação eficiente das informações. Além disso, é importante considerar que, muitas vezes, esses objetos estão inseridos em um conjunto, demonstrando a necessidade dessa especificidade em seus códigos para que a coleção converse entre si.

Segundo Fernanda de Camargo Moro (1986), a pré-marcação é uma metodologia no processo de documentação crucial para evitar erros, como a repetição de um mesmo código ou a quebra da sequência numérica. Essa prática proporciona uma visão mais ampla do objeto e do código a ele associado, algo ainda mais necessário no caso de acervos arqueológicos, considerando o grande volume de peças a serem catalogadas. Além disso, contribui para a dinamização do processo, permitindo que mais de um profissional realize a marcação definitiva, bastando copiar o código estabelecido e revisado na etapa de pré-marcação.

A marcação definitiva deve ser realizada de acordo com o tipo e a morfologia do material arqueológico. No caso de cerâmicas, louças, vidros ou outros materiais cujo suporte permita a escrita, aplica-se uma camada de verniz (geralmente esmalte de unha incolor), que evita manchas da caneta e permite correções, se necessário. Em seguida, escreve-se o código com uma caneta adequada à aderência do verniz e que evidencie o contraste com a cor do material. Por fim, é aplicada uma segunda camada de verniz para garantir maior durabilidade à marcação (Fernandes; Costa, 2018).

Em alguns casos, a marcação não permite ser realizada com verniz, seja devido à tipologia do material, especialmente aqueles mais delicados, de pequenas dimensões ou que sua morfologia impeça a escrita. Nesses casos, utiliza-se uma etiqueta de papel com pH neutro, amarrada à peça com cordão de algodão. O acondicionamento, nesses casos, deve garantir que a etiqueta permaneça associada à peça, o que exige acondicionamento individual. Já para os materiais que recebem marcação com verniz, o acondicionamento pode ser realizado em conjunto, porém deve evitar o atrito entre as peças, a fim de preservar a integridade dos acervos.

Leticia Silva e Mario Junior Polo (2023) apontam que ainda há pouca valorização da documentação museológica sobre acervos arqueológicos. Além disso, a inexistência de

padronização na gestão e na elaboração de fichas catalográficas e tabelas em pesquisas arqueológicas, contribui para a formação de um aglomerado de documentos que não dialogam entre si. Nesse contexto, intensificam-se os ruídos informacionais relacionados aos acervos, decorrentes da falta de comunicação entre arqueólogos e museólogos, além da desarticulação entre os setores internos das instituições, o que contribui para a amplificação desses ruídos.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE MODELOS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA ACERVOS ARQUEOLÓGICOS E PROPOSTA DE FICHA DE REGISTRO

3.1. Análise de Modelos de Gestão da Informação para Acervos Arqueológicos

Letícia Silva e Mario Junior Polo (2023) baseiam-se no conceito de gestão integrada proposto por Juliana Monteiro e Gabriel Bevilacqua (2011), entendido como um modelo de gestão essencial, principalmente para instituições cuja política de aquisição contempla uma diversidade tipológica de acervos. Nessa direção, os autores destacam os sistemas informatizados como ferramentas que dinamizam o fluxo de informações, facilitam a recuperação rápida de dados e, principalmente, promovem a difusão dessas informações ao público. Ressaltam ainda que esse modelo de gestão, especialmente para acervos arqueológicos, além de fomentar a pesquisa, a extroversão e a salvaguarda, contribui para uma "horizontalização" das práticas, com foco na transparência das informações, sem a hierarquização orientada por interesses particulares e acadêmicos.

Os autores apresentam o protocolo aplicado no Setor de Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde o ponto de partida é uma ficha catalográfica denominada “Catálogo de Itens”, que reúne as informações específicas de cada item das coleções contidas na instituição. Além da ficha dos itens, há também fichas para as coleções e para a documentação associada. A primeira reúne as principais informações que caracterizam cada coleção, como o código, nome, doador, a quantidade total de itens que a compõem e a indicação sobre a existência ou não de documentação associada. Já a segunda ficha corresponde à lista de todos os documentos vinculados a cada coleção específica.

O código numérico de registro da coleção adotado está vinculado aos sítios arqueológicos ou aos espaços geográficos onde os vestígios foram encontrados, onde o sítio ou espaço representa a coleção, reforçando a teoria abordada por Ballard (2021), já discutida no capítulo anterior deste trabalho. O sistema de registro adotado é o tripartido, onde o primeiro código corresponde a uma sigla alfabética que identifica a instituição (Museu

Nacional UFRJ) e o departamento (Arqueologia), seguido por separações em pontos (.), uma sequência numérica atribuída a cada coleção constituinte e, por fim, outra sequência numérica correspondente a cada item ou lote. Exemplo: (**MNARQ.001.0001**). Para a documentação associada à coleção, os autores propõem campos básicos que possibilitam o rápido acesso e a identificação das informações, como:

- Título;
- Autor;
- Formato;
- Nome da Coleção;
- Data de criação;
- Âmbito e Conteúdo;
- Dimensão;
- Técnico Responsável pelo Registro.

Para o catálogo dos itens, os autores utilizaram as diretrizes publicadas em 1995 pelo CIDOC como base para o desenvolvimento dos campos informacionais da ficha. Esses campos estão organizados em ordem hierárquica, priorizando as informações mais relevantes a serem acessadas. Os mesmos foram agrupados em três categorias, sendo a primeira delas composta por dez campos relacionados ao gerenciamento e à segurança dos acervos. Sua função é servir como instrumento de controle da “vida” dos objetos dentro da instituição, incluindo movimentações, empréstimos e processos de conservação. Os campos informacionais que compõem essa primeira categoria são:

- Número de Registro;
- Forma de Aquisição;
- Data de Entrada;
- Pesquisador Responsável/Coletor/ Doador;
- Localização Habitual;
- Localização Atual;
- Notas de Conservação;
- Alienação/Descarte;
- Data do Registro;
- Responsável pelo Registro.

A segunda categoria é composta por nove campos informacionais relacionados à identificação e descrição dos acervos, contemplando suas características físicas, conforme abordado por Padilha (2014), às informações intrínsecas do objeto. Os campos desse bloco buscam abarcar as especificidades de cada item que compõe a coleção, para que possibilite seu reconhecimento a partir dessas informações. Os campos descritos são:

- Descrição;
- Fotografias/ Imagens;
- Dimensões;
- Peso;
- Categoria;
- Tipologia do Material;
- Especificação Tipológica;
- Técnica;
- Decoração.

A última categoria é composta por doze campos que demonstram o histórico e o contexto dos objetos, correspondendo às suas características extrínsecas, segundo Padilha (2014). Esse bloco contempla tanto o contexto de escavação relacionado aos objetos quanto às pesquisas, análises e interpretações associadas. Segundo Silva e Polo (2023), é nesse momento que se estabelece a correlação entre a Museologia e a Arqueologia: a Museologia exerce seu papel metodológico e sistemático na catalogação, enquanto as informações contextuais são fornecidas por meio do olhar multifocal da Arqueologia sobre o acervo. Essa relação permite maior clareza no preenchimento desses campos. Os campos compostos nessa categoria são:

- Nome da Coleção;
- Números Anteriores;
- Sítio/Lugar de Coleta;
- Categoria do Sítio;
- Contexto Arqueológico;
- Município/UF/Localidade;
- Coordenadas;
- Localização no Sítio;
- Camada Estratigráfica;

- Data da Coleta;
- Datação/ Período;
- Observações.

Por fim, Silva e Polo (2023) também evidenciam a importância da estruturação de um manual de procedimentos, com definições de terminologias e padrões para o preenchimento dos campos informacionais. Nesse contexto, os autores adotam como referência a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico, implementada pela Portaria Iphan nº 196/2016, como base para a padronização terminológica. Essa diretriz reforça o rigor metodológico necessário na documentação, já afirmado por Bottallo (2010) no capítulo anterior, para que a documentação seja eficaz e possibilite a rápida recuperação dos dados. Esse manual deve ser ainda revisado e atualizado sempre que houver alterações na estrutura da ficha catalográfica.

Larissa Losada e David Pereira (2023) relatam a experiência de um projeto de salvaguarda dos acervos arqueológicos do Museu Histórico Sorocabano (MHS), localizado no interior do estado de São Paulo. As ações desenvolvidas contemplaram desde atividades de pesquisa, inventário e tratamento técnico, até iniciativas de adequação e reorganização do espaço físico e do acondicionamento das coleções. Essas coleções foram formadas a partir de achados, doações, trocas e de endossos institucionais provenientes da Arqueologia de contrato. O MHS é um dos poucos museus da região autorizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a receber coleções arqueológicas oriundas desses endossos institucionais.

Os autores relatam algumas problemáticas relacionadas às coleções provenientes de doações e da própria região, destacando a inexistência ou falhas nos processos de inventariação, uma realidade recorrente nas instituições que gerenciam esse tipo de acervo. Ainda nessa etapa preliminar de reconhecimento, identificaram vestígios arqueológicos de tipologias diversas acondicionados em uma mesma embalagem, demonstrando a falta de normatização na organização e classificação dos acervos. Além disso, muitos desses materiais não apresentavam informações sobre seus contextos de origem.

Após a separação e classificação por tipologias, a criação do código numérico de registro foi o passo seguinte. Considerando que o MHS abriga não apenas acervos arqueológicos, os autores propuseram um sistema de identificação que deixasse implícita a classificação do tipo de acervo, bem como a tipologia do material. Nesse sentido, o sistema alfanumérico adotado consiste em: uma primeira sigla alfabética identificando a instituição

(MHS), separada por traços (-); seguida pela sigla da categoria do acervo (Arqueológico-AQ); depois, uma sigla alfabética representando a tipologia do material (cerâmica-CC, lítico-LT, vidros-VD.); e, por fim, a sequência numérica de cada item. Os autores também enfatizaram que, em casos de fragmentos associados a um mesmo objeto, deve-se utilizar uma sequência alfabética complementar (A, B, C, D...). Exemplo demonstrado pelos autores: **(MHS-AQ-CC-0001-A).**

Para a estruturação da ficha catalográfica, Losada e Pereira (2023) se basearam na “Ficha Catalográfica de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel”, assim como proposto por Silva e Polo (2023), em consonância com o Thesaurus para Acervos Museológicos, de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena S. Bianchini (1987) já utilizado pela instituição na catalogação de outras tipologias de acervos. Foi seguido o modelo de ficha apresentada abaixo, na qual os dados foram indexados e organizados em planilhas, possibilitando estimativas específicas sobre o acervo arqueológico sob a guarda do Museu. As figuras 1 e 2 podem ser observadas a ficha estruturada pelos autores.

Figura 1 : Folhas que compõem a Ficha Catalográfica de Acervos Arqueológicos elaborada pela equipe do projeto e do Museu Histórico Sorocabano

Ficha Catalográfica - Cadastro de Bem Arqueológico Móvel			
Projeto: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO MUSEU HISTÓRICO SOROCABANO PROAC EDITAIS 20/2021			
MUSEU HISTÓRICO SOROCABANO - MHS			
Nº DE REGISTRO			
MHS	-	-	-
Nº DE REGISTRO ANÔNIMO:			
LOCALIZAÇÃO			
Nº da estante	Observação:		
Nº da caixa			
OBJETO:			
CLASSE: Amostra/Fragmento (16)	SUBCLASSE:		
DATA DE ENTRADA:			
PROCEDÊNCIA (SÍTO/DOADOR):			
COLEÇÃO:			

MATERIAL			
Liso	Curvado	Arqueofuncional	Construtivo
Cerâmica	Sedimento	Metal	Louça
Ossos	Fóssil	Porcelana	Vidro
Outros:			

DENOMINAÇÃO			
Percutor	Núcleo	Vaso pré-colonial	Porcelana
Ferramenta	Cerâmica pré-colonial	Vaso histórico	Malacológico
Lasca	Cerâmica histórica	Faiança	Ósseo
Outros:			

TÉCNICA			
Lascado	Perfurado	Taxidermizado	Forjado
Polido	Rolegado	Teodio	Indeterminado
Picoteado	Torneado	Azoprado	Outros:
Modelado	Moldado	Fundido	

DECORAÇÃO			
Altado	Ungulado	Pintado	Esmalte
Brinado	Inciso	Punção	Ausente
Corrugado	Impresso	Aplice	Não se aplica
Escavado	Plástico	Engoba	Outros:

DESCRIÇÃO			

Fonte: Larissa Losada e David Pereira (2022, p. 180) e Museu Histórico Sorocabano (2022, p. 180).

Figura 2: Folhas que compõem a Ficha Catalográfica de Acervos Arqueológicos elaborada pela equipe do projeto e do Museu Histórico Sorocabano

<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="6">DIMENSÕES (MÍNIMA E MÁXIMA) E PESO</th> </tr> <tr> <th>Altura (cm)</th> <th>min.</th> <th>máx.</th> <th>Espessura (cm)</th> <th>min.</th> <th>máx.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Largura (cm)</td> <td>min.</td> <td>máx.</td> <td>Peso (g)</td> <td colspan="2"></td> </tr> </tbody> </table>						DIMENSÕES (MÍNIMA E MÁXIMA) E PESO						Altura (cm)	min.	máx.	Espessura (cm)	min.	máx.	Largura (cm)	min.	máx.	Peso (g)		
DIMENSÕES (MÍNIMA E MÁXIMA) E PESO																							
Altura (cm)	min.	máx.	Espessura (cm)	min.	máx.																		
Largura (cm)	min.	máx.	Peso (g)																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">ESTADO DE CONSERVAÇÃO</th> </tr> <tr> <th>Bom</th> <th>Observações:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Regular</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ruim</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Bom	Observações:	Regular		Ruim											
ESTADO DE CONSERVAÇÃO																							
Bom	Observações:																						
Regular																							
Ruim																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">INTEGRIDADE</th> </tr> <tr> <th>Inteiro</th> <th>Observações:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fragmentado</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reconstituído</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não se aplica</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						INTEGRIDADE		Inteiro	Observações:	Fragmentado		Reconstituído		Não se aplica									
INTEGRIDADE																							
Inteiro	Observações:																						
Fragmentado																							
Reconstituído																							
Não se aplica																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Nº DO REGISTRO/ARQUIVO FOTOGRÁFICO:</th> </tr> <tr> <th>Nome do(a) técnico(a):</th> <th>Data da ficha:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Assinatura:</td> </tr> <tr> <th>Nome do(a) digitador(a):</th> <th>Data da digitalização:</th> </tr> <tr> <td colspan="2">Termos indexadores:</td> </tr> </tbody> </table>						Nº DO REGISTRO/ARQUIVO FOTOGRÁFICO:		Nome do(a) técnico(a):	Data da ficha:	Assinatura:		Nome do(a) digitador(a):	Data da digitalização:	Termos indexadores:									
Nº DO REGISTRO/ARQUIVO FOTOGRÁFICO:																							
Nome do(a) técnico(a):	Data da ficha:																						
Assinatura:																							
Nome do(a) digitador(a):	Data da digitalização:																						
Termos indexadores:																							
3/4																							
4/4																							

Fonte: Larissa Losada e David Pereira (2022, p. 180) e Museu Histórico Sorocabano (2022, p. 180)

Losada e Pereira (2023) apresentam a estrutura física da ficha de registro, o que facilita a análise das informações, permitindo observar tanto a ordem hierárquica quanto a categorização dos dados. A ficha está organizada em três categorias principais, a primeira contempla informações relacionadas à identificação e à segurança do acervo. Nessa seção, destacam-se os campos do número de registro e o número de registro antigo, particularmente útil para acervos doados ou que já tenham chegado com algum tipo de marcação. Em seguida, são apresentados campos referentes à localização do item na reserva técnica, além de informações como nome do objeto, classe, subclasse, data de entrada, procedência (sítio ou doador) e nome da coleção.

Na segunda categoria apresentada pelos autores, encontram-se informações relacionadas às características físicas e ao contexto histórico dos objetos. Observa-se a presença de campos informacionais tanto fechados quanto abertos. Os campos fechados referem-se às características intrínsecas, Padilha (2014), como tipo de material, denominação, técnica e decoração. Essa estrutura metodológica pode ser facilitadora, principalmente para a padronização dos termos, uma vez que, utilizando nomenclaturas específicas da Arqueologia, contribui para a redução de possíveis ruídos informacionais.

Por outro lado, os campos abertos, destinados à descrição dos objetos, dimensão/peso, autoria/fabricante, datação, marcas/inscrições, histórico e observações gerais, especialmente o campo “histórico”, não alcançam as demandas para a documentação das informações sobre os contextos arqueológicos, como o nível estratigráfico de escavação e as coordenadas geográficas. A ausência de campos específicos para esses dados pode resultar no esquecimento durante o preenchimento da ficha.

Por fim, a última categoria fornece informações sobre o estado de conservação e a integridade do objeto, o número de registro fotográfico e os dados do responsável pelo preenchimento da ficha. Esses campos são fundamentais para o monitoramento das condições de preservação dos acervos, permitindo a realização de ações preventivas de conservação, como também de reforçar a segurança e a gestão no âmbito administrativo. Por outro lado, em vez de registrar apenas o número do registro fotográfico, a indexação da própria imagem na ficha facilitaria o processo de identificação do acervo.

Gaspar, Chaves, Souza, Martins e Bassi (2021), colaboradores do Museu da Amazônia (MUSA), apresentam algumas das práticas adotadas na documentação e organização do acervo arqueológico que integra parte das coleções do Museu. O campo da Arqueologia está presente nas narrativas do MUSA desde sua abertura, em 2010; porém, somente em 2016 o Núcleo de Arqueologia e Etnologia, com laboratórios e reserva técnica, foi estruturado, consolidando o Museu também como uma instituição de guarda e pesquisa reconhecida pelo Iphan.

Seu acervo reúne mais de 30.000 artefatos, distribuídos em 16 coleções distintas, compostas por fragmentos e peças inteiras, além de amostras de solo, carvão, material ósseo, entre outros. Essas coleções foram formadas a partir de materiais coletados por pessoas da própria comunidade, provenientes de pesquisas acadêmicas, de doações e de endossos institucionais de licenciamento.

Nesse contexto, a partir da formação das coleções de Arqueologia, Paleontologia e Geologia, o MUSA identificou a necessidade de criar um sistema de informatização e gerenciamento das coleções. A primeira indagação da equipe de colaboradores, voltada à estruturação do sistema, foi sobre qual software utilizar, para então definir como as fichas deveriam ser construídas, quais campos seriam necessários e de que forma os acervos das diferentes coleções poderiam dialogar entre si, assim como com as informações associadas.

Optaram pelo programa *FileMaker Pro 17 Advanced*, amplamente utilizado por instituições e laboratórios de pesquisa. Ressaltam, contudo, que se trata de um software com certo grau de complexidade para o manuseio, pois a estruturação das relações entre as fichas

precisa ser feita manualmente, exigindo a indexação de múltiplos arquivos, além de demandar atualizações a cada nova entrada no acervo. Por outro lado, é justamente esse sistema que possibilita a integração entre diferentes documentos, um aspecto fundamental para o campo da documentação arqueológica.

Os autores destacam ainda que, para que o processo de catalogação em qualquer plataforma digital seja eficaz, se faz necessário a existência de um inventário ou arrolamento bem estruturado. Explicam que o inventário em formato de planilha, permite o preenchimento rápido de informações repetidas para diferentes objetos, além de facilitar o controle e a padronização dos campos. Afirmaram que “um bom inventário em planilha é um passo essencial para a formulação de um banco de dados relacional” (Gaspar *et al.* 2021, p. 30).

Para a estruturação da ficha catalográfica, os autores utilizaram como alicerce as diretrizes estabelecidas pelo CIDOC, bem como o Inventário de Bens Musealizados do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e a ficha de Cadastro de Bens Móveis do Iphan. Nessa perspectiva, desenvolveram os campos informacionais que compõem a ficha catalográfica, considerando não apenas as informações relacionadas aos objetos, mas também, como observado nas análises anteriores, os dados referentes aos sítios ou ocorrências arqueológicas, além das informações sobre os projetos de pesquisa em que estão associados. A figura 3 abaixo demonstra os campos informacionais considerados essenciais para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos do MUSA.

Figura 3: Campos da ficha de catalogação de acervos Arqueológicos do MUSA (VC = Vocabulário Controlado)

Identificação do objeto	Dados da coleta	Informações de gestão e pesquisa
Foto do objeto	Sítio arqueológico / AOA	Modo de aquisição (VC)
Direitos de reprodução	Sigla do sítio	Data de aquisição
Número de inventário	Estado	Fonte de aquisição
Número de campo	Município	Situação (VC)
Outros números	Localidade	Localização usual
Partes	Proveniência da coleta	Localização atual
Conjunto	Nível de coleta	Exposições
Lote	Coordenadas	Empréstimos
Acervo (VC)	Responsável da coleta	Diagnóstico conservação
Coleção (VC)	Instituição	Frequência de avaliação (VC)
Categoria (VC)	Data da coleta	Recomendações
Denominação (VC)	Projeto	Relevância
Descrição do objeto		Observações
Integridade (VC)		Documentação associada
Material (VC)		Referências bibliográficas
Marca ou inscrição		Catalogador e data
Técnica de produção (VC)		Atualizador e data
Usos (VC)		
Filiação cultural		
Comprimento (cm)		
Largura (cm)		
Altura (cm)		
Espessura (cm)		
Peso (g)		

Fonte: Elaborada pelos autores Gaspar *et al.* (2021, p. 32).

Como observado nas análises anteriores, os campos demonstrados na ficha do MUSA apresentam uma ordem hierárquica, priorizando as informações mais relevantes e que demandam fácil acesso, além de estarem agrupados em categorias. A primeira categoria refere-se à identificação dos objetos, como nos exemplos anteriores, porém neste caso nota-se um maior nível de detalhamento. São vinte e quatro campos informacionais de dados específicos que serão preenchidos com vocabulário controlado, diferente de campos abertos ou genéricos, que podem gerar respostas amplas, imprecisas ou incompletas.

A segunda categoria de informações apresenta o contexto de escavação do acervo arqueológico, contando com doze campos, também específicos. Entre eles, ressaltam-se aqueles relacionados à localização; para evitar generalizações, foram detalhados campos distintos para estado, município e localidade, além da proveniência da coleta. Essa especificação dinamiza, principalmente, o processo de indexação na planilha e, posteriormente, o cruzamento de informações entre as coleções.

Por último, os autores expõem os campos relacionados à gestão e à pesquisa, totalizando dezessete campos informacionais. Além dos campos comuns observados nas análises anteriores, como modo de aquisição, localização atual, estado de conservação, responsável pelo registro, evidenciam-se aqueles voltados ao controle da movimentação dos acervos e ao seu potencial como objeto de pesquisa e conhecimento. No primeiro caso, campos como empréstimos e exposições são essenciais para o monitoramento da movimentação dos bens, como também evidenciam seu potencial na construção de narrativas. Isso se articula diretamente com campos como relevância e referências bibliográficas, que indicam o grau de aprofundamento da pesquisa que contribui diretamente para a extroversão dos acervos.

3.2. Proposta de Ficha de Registro para o Laboratório de Arqueologia Vinculado ao Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas, Ouro Preto-MG

Após a revisão bibliográfica desenvolvida nos capítulos I e II, em que foram abordados aspectos e especificidades relacionados às aproximações e distanciamentos na musealização e documentação nos campos da Museologia e da Arqueologia, bem como dos modelos de gestão da informação aplicados a acervos arqueológicos em diferentes instituições, este tópico realizará a proposta de uma ficha de registro, elaborada a partir das análises dos casos estudados, entendendo esse exercício como ponto de partida para a estruturação de normas e procedimentos a serem empregados na gestão dos acervos

arqueológicos do Laboratório de Arqueologia, situado no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas (MCT-EM) , na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.

O Museu está localizado no centro histórico da cidade, em um edifício imponente, com formato de forte, construído em 1747, servindo originalmente como sede do governo colonial e residência do governador. A criação do museu está intimamente vinculada à fundação da Escola de Minas, idealizada por Claude Henri Gorceix, autorizada por D. Pedro II em 1874 (Jotta, 2024). A formação inicial do acervo do MCT-EM concentrou-se em coleções de minérios, materiais geológicos e científicos. A partir de 1995, o acervo foi ampliado com a incorporação de acervos advindos do período de funcionamento da Escola e de sua produção acadêmica, incluindo objetos de estudo importados, desenhos técnicos, esculturas, fotografias, documentos, mobiliário, entre outros. Trata-se de um acervo extremamente volumoso com coleções diversificadas, onde sua totalidade ainda não foi completamente mensurada até os dias atuais.

Além do acervo disposto nas exposições de longa duração (atualmente inacessível devido ao fechamento do museu), o MCT-EM possui numerosas coleções em suas reservas técnicas e laboratórios de pesquisa. Hoje, o museu é reconhecido pelo Iphan como instituição de guarda e pesquisa (IGP), estando habilitado no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP) do Iphan, para a concessão de endossos institucionais vinculados a processos de licenciamento ambiental. Além disso, o museu também atua como espaço acadêmico, abrigando aulas de diversas disciplinas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como é o caso do Laboratório de Conservação e Restauro (LABCOR), vinculado ao Departamento de Museologia, que proporciona aos estudantes a vivência prática do cotidiano de instituições museológicas, principalmente as de contexto universitário.

Em diálogo com o LABCOR, o Laboratório de Estudos em Arqueologia, Patrimônio e Museologia Comunitária (LAPACOM), também vinculado ao Departamento de Museologia da UFOP, criado em 2014, vem desenvolvendo pesquisas arqueológicas em diversos contextos de Ouro Preto, mas cujo principal enfoque recai sobre o longo processo de ocupações relacionadas às atividades de mineração dos séculos XVIII e XIX no Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada (MNMMQ), localizado na Serra de Ouro Preto.

Os projetos de pesquisa do LAPACOM abrangem diagnósticos, prospecções e escavações arqueológicas; mapeamento de estruturas, ações educativas e programas extensionistas que buscam o protagonismo das comunidades nas ações de reconhecimento, valorização e preservação do território em que se inserem as ruínas arqueológicas (Arcuri;

Costa, 2020). Com a intensificação das atividades de pesquisa e crescente demanda por endossos institucionais, a patrimonialização de novas coleções arqueológicas (tanto do material encontrado durante as pesquisas acadêmicas do LAPACOM quanto provenientes do licenciamento) passou a demandar tratamento técnico especializado e, consequentemente, um espaço físico adequado para atender as necessidades de salvaguarda. É nesse cenário que o Laboratório de Arqueologia se estruturou inicialmente contando com o apoio das estruturas do Laboratório de Conservação e Restauro, até que o espaço físico no MCT-EM receba os devidos reparos para abrigar o acervo arqueológico. Em consonância com as práticas museológicas, inicia-se a formulação das metodologias de gestão dos acervos que compõem a coleção do laboratório.

Vale ressaltar que o núcleo de Arqueologia vinculado ao LAPACOM é composto majoritariamente por estudantes de Museologia, atuando como voluntários ou bolsistas, sob a coordenação da professora e arqueóloga Dra. Marcia Maria Arcuri Suñer. Essa estrutura propicia uma sintonia metodológica entre a Arqueologia e a Museologia, inclusive nos procedimentos realizados em campo, o que se mostra benéfico para as etapas subsequentes de documentação museológica. Essa integração dos campos contribui para uma compreensão mais aprofundada sobre os acervos e de seus contextos por parte daqueles que atuam no laboratório, além de assegurar a padronização dos registros e procedimentos adotados durante a coleta e o registro em campo.

Como demonstrado pelos métodos analisados no tópico anterior, por Silva e Polo (2023) e Losada e Pereira (2023), trataremos os sítios e os projetos arqueológicos como coleções. Entre as coleções vinculadas aos projetos acadêmicos do LAPACOM, destaca-se a do Morro da Queimada, área que vem sendo estudada desde 2014 e que marcou o ponto de partida para a estruturação do laboratório. Em 2024, teve início o projeto de prospecção no Museu Casa dos Contos e seu entorno, também localizado na cidade de Ouro Preto, resultando um grande volume de materiais escavados até o momento. Quanto aos acervos provenientes de endossos institucionais concedidos desde que o LAPACOM passou a atuar no MCT-EM, constam até o momento as coleções referentes aos resgates arqueológicos vinculados aos projetos de restauração da Casa Conde de Assumar e da Igreja São Francisco de Mariana e ao monitoramento arqueológico do projeto de implantação do sistema de combate a incêndio do MCT-EM.

É importante frisar que ainda não foi realizado o arrolamento de todas as coleções salvaguardadas no laboratório, sendo essa etapa fundamental para obter uma estimativa total do acervo. Esse processamento lento se dá, principalmente devido à falta de equipe técnica e à

infraestrutura ainda precarizada, sendo a execução dessas atividades designada aos bolsistas. Desde o início das escavações do projeto Museu Casa dos Contos (MCC), houve a necessidade de priorizar as atividades técnicas desses materiais, especialmente a higienização e a documentação inicial arqueológica, em razão do grande volume e do risco de degradação que os materiais estão sujeitos após a retirada de seus contextos arqueológicos. Já as demais coleções não correm tantos riscos, considerando que já passaram por algum processo de higienização.

A documentação arqueológica realizada em campo durante as escavações no entorno do MCC, foi conduzida tanto por meio de registros com informações detalhadas, como a descrição do ambiente, características do solo, mudanças estratigráficas, desenhos técnicos e outros dados relevantes para a interpretação do contexto arqueológico, quanto por registros fotográficos, que ilustram as descrições relatadas no caderno de campo. Além disso, foi realizado o preenchimento da ficha de campo, que reúne informações sobre a localização do vestígio no contexto da escavação, como nível estratigráfico, unidade de escavação e coordenadas, além da tipologia do material, a data da escavação e o responsável pelo registro. As figuras 4 e 5 contemplam os registros das atividades de documentação realizadas em campo.

Figura 4: Anotações no cadernos de campo e medição de nível (profundidade)



Fonte: Acervo LAPACOM (2024)

Figura 5: Registro fotográfico material vítreo em seu contexto de escavação



Fonte: Acervo LAPACOM (2024)

O levantamento preliminar da escavação realizada no entorno do MCC contabiliza mais de 3.000 fragmentos coletados, higienizados e com a documentação inicial concluída. Esses fragmentos foram organizados em conjuntos tipológicos, como demonstrado na figura 6. Entre as tipologias encontradas, destacam-se diversos materiais, como cerâmicas, telhas, louças, vidros, metais, ossos, entre outros. Considerando que já se dispõe de um grande volume de materiais para dar continuidade ao processo de gestão da informação, o próximo passo consiste em definir a metodologia de codificação a ser adotada para a marcação das peças, iniciar o processo de catalogação e, enfim, replicar o método nas demais coleções.

Figura 6: Fragmentos separados por tipologia.



Fonte: Autoria própria (2024).

O código numérico de registro adotado pelo laboratório foi definido a partir de pesquisas preliminares, trocas e conversas com profissionais das áreas de Museologia e Arqueologia, além da revisão bibliográfica realizada ao longo deste trabalho. O sistema tripartido se mostrou o mais eficaz para a documentação arqueológica, especialmente quando consideramos a teoria apresentada por Ballard (2013, 2021), que defende que os códigos dos bens arqueológicos devem estar vinculados ao espaço de onde foram retirados. Nesse contexto, o laboratório priorizou três informações cruciais para a rápida identificação das coleções, por meio do contexto de escavação: o sítio ou projeto, o setor, e a localidade específica da escavação (unidade).

O sistema tripartido é composto pelas siglas alfabéticas do sítio ou projeto vinculado à escavação, seguidas de um numeral cardinal atribuído ao setor de escavação, separados por ponto (.). Em seguida, inclui-se a sigla que representa a localidade específica (unidade), separado por traço (-) e, por fim, o número sequencial dos itens ou conjuntos de itens, como representado na figura 7. A numeração sequencial é reiniciada para cada tipologia de acervo, a fim de facilitar o acesso rápido à quantidade de itens por tipologia. Para os casos de fragmentos que pertencem a um mesmo objeto, será utilizado a sequência alfabética para cada parte associada.

- Exemplo: **CC1.U1-001**
- Exemplo de fragmentos associados a um mesmo objeto: **CC1.U1-001-A**

- ➔ Cada setor diferente terá uma numeração atribuída, como também uma numeração seguindo a sigla de cada localidade específica (unidade) de escavação do projeto.
 - ➔ Coleção= Sítio/Projeto
 - **MQ: PROJETO MORRO DA QUEIMADA**
 - **CC: PROSPECÇÃO MUSEU CASA DOS CONTOS**
 - **CA: CONDE DE ASSUMAR**
 - **MT: MUSEU DE CIÊNCIA E TÉCNICA**

- ➔ Localidade específica de escavação⁴

⁴Nas práticas arqueológicas adotadas em campo, a localidade específica de escavação consiste na metodologia de abertura do solo aplicada para evidenciar as ocorrências arqueológicas. A associação da localização específica a um código numérico, posteriormente registrado no acervo arqueológico, é fundamental, pois evidencia que os

- **U: UNIDADE**
- **T: TRADAGEM**
- **V: TRINCHEIRA**

Figura 7: Marcação do código numérico nos acervos metálicos.



Fonte: Autoria própria (2025)

No processo de marcação dos materiais, também está sendo realizado o preenchimento de alguns campos principais em uma planilha, com o objetivo de identificar os itens, uma vez que a ficha catalográfica ainda não está totalmente estruturada. A tabela inclui foto de identificação do objeto, nome, material, forma de aquisição, informações de escavação presentes na ficha, data da coleta, data de entrada, além de campos destinados ao registro de movimentações, considerando que alguns materiais foram encaminhados para análises mais específicas, além de um campo para observações gerais.

Essa planilha constitui uma estratégia de otimização do processo e, a posteriori, poderá servir como base para a construção de um banco de dados que possibilite o diálogo entre e com os objetos e as coleções que constituem o acervo do laboratório, conforme discutido por Gaspar *et al.* (2021). Com a proposta da ficha catalográfica e seus campos definidos, a planilha será continuamente atualizada com as respectivas informações.

conjuntos não pertencem a um mesmo contexto, ainda que inseridos em um mesmo sítio arqueológico. Os diferentes contextos de escavação resultam em interpretações distintas e, além disso, o volume de materiais também se distingue em cada um deles.

A proposta da ficha catalográfica baseia-se nas análises realizadas neste capítulo sobre os procedimentos aplicados no Museu Nacional, no Museu Histórico Sorocabano e no Museu da Amazônia, considerando também as especificidades dos acervos do Laboratório de Arqueologia da UFOP e sua realidade institucional. Nesse sentido, foram adotadas as diretrizes apontadas pelo CIDOC (2014) para a categorização das informações, bem como o controle de terminologias, em consonância com a “Ficha Catalográfica de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel” do Iphan.

A estrutura da ficha de registro, assim como as analisadas, também está organizada de forma hierárquica, divididas por categorias de informação. Essas categorias incluem a identificação do objeto em evidência, acompanhada de sua respectiva fotografia, as informações intrínsecas do objeto, em seguida dos dados do contexto arqueológico, e as informações relacionadas à gestão, com destaque para o campo referente à documentação associada ao objeto e à sua localização atual na instituição. Considerando as especificidades tipológicas dos acervos mais recorrentes no laboratório, foram criados alguns campos fechados, com o objetivo de facilitar o preenchimento e contribuir para a normatização das terminologias utilizadas.

Essa é uma proposta inicial, elaborada tendo em vista o atual momento de estruturação metodológica de gestão do acervo do laboratório. Ainda assim, ela é capaz de atender de forma satisfatória as premissas de preservação, pesquisa e comunicação que uma instituição de guarda se propõe. Vale ressaltar que uma ficha catalográfica nunca é definitiva, ela se atualiza e se reconstrói junto ao desenvolvimento da instituição, bem como em resposta às demandas que o próprio acervo impõe. Isso é ainda mais evidente no contexto dos acervos arqueológicos, nos quais a informação não se apresenta de forma imediata: ela exige pesquisas aprofundadas, análises em laboratórios especializados e, à medida que novos dados sobre as coleções forem sendo obtidos, novos campos informacionais poderão ser implementados.

Abaixo, nas Figuras 8 e 9, está representada a proposta da ficha catalográfica. No tópico seguinte, apresenta-se um manual de preenchimento, com o objetivo de padronizar as informações registradas que contribuirá para uma documentação mais sólida e eficaz.

Figura 8: Folha 1 da ficha de registro proposta

 <p style="text-align: center;">Universidade Federal de Ouro Preto Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas Laboratório de Arqueologia</p>  <p style="text-align: center;">Ficha Catalográfica de Acervos Arqueológicos</p>			
1/2			
01. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
Fotografia do Objeto	Número inventário: Número inventário antigo: Nome do Objeto:		
	Denominação:		
	<input type="checkbox"/> Utensílio <input checked="" type="checkbox"/> Fragmento de Construção <input type="checkbox"/> Ferramenta <input type="checkbox"/> Cerâmica Histórica <input type="checkbox"/> Vaso Histórico <input type="checkbox"/> Faiança <input type="checkbox"/> Grés <input type="checkbox"/> Porcelana Outro:		
Técnica:			
<input type="checkbox"/> Lascado <input checked="" type="checkbox"/> Modelado <input type="checkbox"/> Moldado <input type="checkbox"/> Torneado <input type="checkbox"/> Soprado <input type="checkbox"/> Polido <input type="checkbox"/> Forjado <input type="checkbox"/> Tecido <input type="checkbox"/> Fundido <input type="checkbox"/> Indeterminado <input type="checkbox"/> Outro:			
Decoração:			
<input type="checkbox"/> Pintado <input type="checkbox"/> Engobe <input checked="" type="checkbox"/> Inciso <input type="checkbox"/> Esmalte <input type="checkbox"/> Aplicado <input type="checkbox"/> Ausente Outro:			
Marca ou Inscrição:			
Descrição:			
Altura (cm):	Largura (cm):	Espessura(cm):	Peso (g):
Integridade			
<input type="checkbox"/> Íntegro <input type="checkbox"/> Fragmentado <input type="checkbox"/> Reconstruído Outro:			

Fonte: Autoria própria (2025)

Figura 9: Folha 2 da ficha de registro proposta

Título do Projeto:			
Estado:	Município:	Localidade:	
Sítio:	Setor:	Unidade:	
Camada Estratigráfica:	Coordenadas:		
Nome de Atribuição:			
Tipologia de Material:			
<input type="checkbox"/> Lítico	<input type="checkbox"/> Cerâmica	<input type="checkbox"/> Louça	<input type="checkbox"/> Sedimento
<input type="checkbox"/> Vidro	<input type="checkbox"/> Osso	<input type="checkbox"/> Carvão	<input type="checkbox"/> Têxtil
<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Metal	Outro:	
Responsável pela Coleta:			
Instituição:	Data da Coleta: ___ / ___ / ___		
03. DADOS DE GESTÃO DO ACERVO			
Modo de Aquisição:			
<input type="checkbox"/> Coleta de Campo	<input type="checkbox"/> Endosso Institucional	<input type="checkbox"/> Doação	Outro:
Fonte de Aquisição:			
Exposições:			
Empréstimos:			
Movimentações:			
Estado de Conservação:			
<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim	
Documentações Associadas			
04. LOCALIZAÇÃO NA INSTITUIÇÃO			
Estante:	Prateleira:	Nº Caixa:	
Observações:			
Catalogador:	Data de Entrada: ___ / ___ / ___		

2/2

Fonte: Autoria própria (2025)

Após o processamento de todas as coleções contidas no laboratório, será elaborada uma ficha em formato de planilha específica, como proposto por Silva e Polo (2023). Essa ficha reunirá informações essenciais, como o nome da coleção, seu código, a quantidade de itens que a compõem, a forma de aquisição e a existência de documentação associada. Nos casos em que houver documentação associada, será feita uma listagem completa, com todos os registros organizados por códigos, de modo a facilitar o cruzamento de informações com as fichas catalográficas dos itens ou lotes de itens.

Essa metodologia de organização facilitará o processo de importação das informações para o meio digital. Para que essa etapa ocorra, é essencial que a documentação esteja previamente estruturada, de modo que, no momento da digitalização, os campos de dados e metadados sejam criados e alimentados com informações já organizadas. Isso permitirá não apenas uma gestão mais sólida, mas também a difusão dos acervos arqueológicos de forma mais democrática e acessível.

3.3. Manual de Procedimento da Ficha de Registro

Neste tópico, apresenta-se o manual de procedimentos para o preenchimento dos campos informacionais expostos na ficha de registro. Essa proposta dialoga diretamente com as diretrizes apontadas pelo CIDOC (2014), bem como com as considerações de Bottallo (2010) sobre a importância de um manual estruturado, que possibilite a todos os colaboradores, tanto os que já atuam quanto os que ainda atuarão, o acesso às informações e a continuidade do trabalho de documentação de forma consistente, evitando a perda de dados ou o preenchimento incorreto das informações.

→ **Nomenclaturas padronizadas:**

Não se aplica: (NA)

Não identificado: (NI)

Não Consta: (NC)

Os campos que compõem a primeira categoria informacional referem-se às informações que identificam e demonstram as características intrínsecas do objeto, conforme abordado por Padilha (2014) neste trabalho. A seguir, serão apresentados os campos dessa categoria, acompanhados dos procedimentos que deverão ser adotados para o correto preenchimento de cada um:

- **Fotografia do objeto:** Realizar o registro fotográfico com o uso de escala de referência e fundo neutro (preto ou branco), de modo que o objeto seja visualizado com nitidez. É necessário ajustar a iluminação, o foco e o contraste para garantir a clareza da imagem e a fidelidade na representação do item.
- **Número inventário:** Referente à numeração realizada no processo de entrada do acervo ao laboratório. Ex: **CC1.U1-001**

- **Número inventário antigo:** Referente ao acervo que tenha chegado com algum outro tipo de registro, principalmente aqueles advindos dos endossos institucionais, ou doações de outras instituições. Caso não tenha nenhum número inscrito, utilizar (NA) para o preenchimento.
- **Nome do Objeto:** Nome que caracteriza o objeto. Ex: Fragmento de telha, Cravo, Fragmento de Copo, Garrafa de bebida. Caso a identificação não seja possível, utilizar a expressão “**Não identificado**” (NI).
- **Denominação:** Constitui a classificação do objeto, ou seja, a um grupo de objetos que possuem características comuns, Ex: Tijolos, telhas, azulejos, pregos, estão no grupo de materiais relacionados a processos construtivos, e como abordado no thesaurus “Fragmento de Construção”. Caso não consiga identificar, realizar uma pesquisa preliminar a respeito das características do objeto.
- **Técnica:** A forma como o objeto foi produzido. Por exemplo: materiais cerâmicos podem ser confeccionados por modelagem manual, por meio de moldes previamente construídos ou ainda com o uso de torno, maquinário utilizado para modelagem. Para identificar a técnica deve observar atentamente o objeto, que ele possuí marcas específicas de cada forma, no caso das cerâmicas marcas de mão, ou de espátulas para modelagem. Caso não consiga identificar, pesquisar sobre como tal material é produzido, ou utilizar o campo “**Indeterminado**”.
- **Decoração:** Caso o objeto tenha algum tipo de decoração, assinalar qual técnica foi aplicada, caso não identifique, realizar uma pesquisa sobre a produção do material em específico.
- **Marca ou Inscrição:** Destina-se ao registro de objetos que apresentem algum tipo de inscrição, como nome do fabricante, nome do próprio objeto ou outras marcas que os caracterizem, como incisões. Neste campo, devem ser descritas de forma detalhada todas as características das marcas presentes no objeto. Caso o objeto não possua nenhuma marca, utilizar (NA).
- **Descrição:** Detalhar todas as características visíveis do objeto, como cor, formato, elementos decorativos, entre outros. A técnica recomendada para a descrição consiste em seguir uma ordem de observação de cima para baixo ou do primeiro plano ao plano de fundo, garantindo também uma organização hierárquica dessas informações.
- **Altura:** As medidas devem ser registradas em centímetros. No caso de objetos catalogados em lotes, recomenda-se definir uma altura mínima e máxima, desde que os

fragmentos sejam de um mesmo contexto arqueológico e características comuns, como a cor. Exemplo: altura entre 1 cm e 4 cm.

- **Largura:** As medidas devem ser registradas em centímetros. No caso de objetos catalogados em lotes, recomenda-se definir uma largura mínima e máxima, desde que os fragmentos sejam de um mesmo contexto arqueológico e características comuns, como a cor. Exemplo: largura entre 1 cm e 4 cm.
- **Espessura:** As medidas devem ser registradas em centímetros. Caso o objeto seja impossível de medir, utilizar o termo “**Indeterminado**”.
- **Peso:** O peso deve ser medido em (g). E no caso de objetos catalogados em lotes, pesar o conjunto.
- **Integridade:** Refere a completude física que o objeto se encontra.

A segunda categoria de informações corresponde àquelas relacionadas ao contexto arqueológico do objeto, que dizem respeito às suas características extrínsecas, ou seja, dados que não podem ser obtidos apenas por meio da observação direta. Essa categoria demonstra, como destaca Padilha (2014), a “história” do objeto. Essas informações são retiradas dos cadernos de campo das escavações, e transferidas para uma ficha com os dados devidamente organizados. Cada objeto ou conjunto de objetos pertencentes a um mesmo contexto de escavação será acompanhado por essa ficha.

- As informações que não estiverem especificadas na ficha de campo dos acervos. Utilizar o termo (**NC**).

Os campos que compõem esse grupo informacional são:

- **Título do Projeto:** Nome atribuído ao projeto pelo arqueólogo responsável. Ex: Prospecção Museu Casa dos Contos
- **Estado:** Diz respeito à localização geográfica do sítio ou ocorrência arqueológica que foi realizado o projeto. Ex: Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro.
- **Município:** Localização geográfica do sítio ou ocorrência arqueológica onde o projeto foi realizado. Nos casos em que houver distritos, deve-se especificar o nome do distrito e o município ao qual está vinculado. Ex: Ouro Preto, distrito Antônio Pereira.
- **Localidade:** Bairro, Vilarejo ou Monumentos Naturais já registrados pelo Iphan. Ex: Bairro São Sebastião, Monumento Natural Municipal Arqueológico Morro da Queimada.

- **Sítio:** Nome do sítio ou ocorrência arqueológica onde as escavações foram realizadas, referindo-se ao território em um contexto mais amplo. Ex: Morro da Queimada, Museu Casa dos Contos.
- **Setor:** Localização específica onde foram realizadas as prospecções dentro do sítio. Ex: Morro da queimada > setor: Estrutura Moinho. Museu Casa dos Contos > setor: Jardim Horto.
- **Unidade:** Abertura em que foi realizada a escavação. Os principais tipos são: Tradagem (abertura com a ferramenta boca de lobo), Unidade (abertura em quadrícula) e Trincheira (abertura em forma de vala). Cada abertura recebe um número ou letra para se diferenciar das demais. Exemplo: Unidade (1, 2, 3...), Trincheira (1, 2, 3...), Tradagem (1, 2, 3...).
- **Camada Estratigráfica:** Profundidade onde o material arqueológico foi encontrado na abertura em que foi realizada a escavação, pode estar referenciada em metros (m) ou centímetros (cm).
- **Coordenadas:** Informação obtida através de localização referenciada pelo GPS.
- **Nome de Atribuição:** Nome do objeto atribuído pelo responsável da coleta.
- **Tipologia de Material:** Assinalar a opção que caracteriza as propriedades que constituem o material. Caso não consiga identificar o tipo de material usar (**NI**).
- **Responsável pela Coleta:** Nome de quem realizou a escavação.
- **Instituição:** Campo destinado aos casos de acervos provenientes de endossos institucionais, devendo ser informado o nome da instituição que realizou a coleta. Para acervos advindos de projetos acadêmicos, utilizar o termo (**NA**).
- **Data da coleta:** Dia, mês e ano em que o vestígio foi retirado do seu contexto de escavação.

A última categoria de informações da ficha corresponde aos dados relacionados à gestão dos acervos, tanto no âmbito administrativo quanto de salvaguarda. Essa categoria inclui aspectos como controle de preservação, segurança e, principalmente, as documentações associadas ao acervo em questão. Esses campos também permitem identificar o potencial e a relevância de cada objeto dentro da instituição. São eles:

- **Modo de Aquisição:** A forma como o acervo foi incorporado à instituição, assinalar a opção correspondente. Caso não se enquadre em nenhuma das opções apresentadas, utilizar outro termo que descreva de forma mais precisa o modo de aquisição, como:
 - **Endosso;**
 - **Comodato;**

→ **Permuta;**

- **Fonte de Aquisição:** Refere-se a quem viabilizou a entrada do acervo à coleção. Ex: Nome do doador, nome da instituição que realizou a coleta, ou nome do projeto.
- **Exposições:** Caso o acervo em questão tenha se vinculado a alguma exposição, especificar o nome da exposição e data, juntamente com a documentação associada à movimentação do acervo para esse fim, bem como anexar os registros fotográficos, se disponíveis. Caso o acervo não tenha participado de nenhuma exposição, utilizar o termo (NA).
- **Empréstimos:** Destinado aos acervos que tenham passado por algum processo de empréstimo entre o laboratório e outra instituição. Deve-se especificar o nome da instituição que recebeu o acervo, a data de saída e de retorno, além da documentação associada ao processo. Para os acervos que não foram emprestados, utilizar o termo (NA).
- **Movimentações:** Acervos que foram movimentados, seja dentro da instituição, para atividades de conservação preventiva ou análises específicas do material, ou fora, quando saem da instituição de guarda para análises mais aprofundadas. Deve ser especificado a data e a atividade relacionada à movimentação, anexando, sempre que possível, registros fotográficos que documentam o procedimento. No caso de movimentações externas, é necessário informar a data de saída e de retorno, além da documentação associada ao processo. Se não existir movimentação, utilizar o termo (NA).
- **Estado de Conservação:** Seguindo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2014), descritos no Manual de Conservação Preventiva em Museus, assinalar a opção que melhor representa a condição física do objeto no momento do registro.

→ **Estado de Conservação Bom:** Objeto sem alterações significativas na sua estrutura ou aparência, mesmo que fragmentado.

→ **Estado de Conservação Regular:** Apresenta alterações visíveis, como trincas, manchas, sujidades impregnadas.

→ **Estado de Conservação Ruim:** Comprometimento da sua estrutura evidente, como deformações, deterioração, ataques de fungos.

- **Documentação Associadas:** Anexar o código da documentação associada ao contexto arqueológico do acervo. Ex: Relatórios, desenhos técnicos, fotografias, caderno de campo.
- **Localização na Instituição:** Destinado a demonstrar onde o acervo está atualmente localizado dentro da reserva técnica.

- **Estante:** Número da estante onde o objeto está acondicionado.
- **Prateleira:** Número da prateleira onde o objeto está acondicionado.
- **Nº Caixa:** Número da caixa onde o objeto está acondicionado.
- **Observações:** Informações relevantes sobre o objeto, como dados provenientes de pesquisas preliminares, resultados de análises ou observações registradas nos cadernos de campo, devem ser descritas neste campo informacional. Se não houver nenhuma observação, utilizar o termo (**NA**).
- **Catalogador:** Nome de quem realizou o registro do objeto.
- **Data de Entrada:** Dia, mês e ano que foi realizado o registro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu de questionamentos que me acompanham desde o início da minha Iniciação Científica, em 2024, a qual foi o ponto de partida para que eu me aprofundasse, de forma concomitante, nos campos da documentação e da Arqueologia. Por um lado, eu não possuía conhecimento sobre o processamento técnico de acervos arqueológicos, considerando que, ao longo do curso de Museologia, somos direcionados a outros tipos de suportes e às suas especificidades, tanto no que diz respeito à conservação quanto à documentação museológica e comunicação.

Nesse sentido, mesmo que ao longo do curso tenhamos tido uma proximidade com Arqueologia, suas práticas e metodologias em campo, no que diz respeito ao processamento técnico em laboratório, que abrange áreas como conservação e documentação, tivemos um contato muito pontual nas disciplinas, tornando evidente a necessidade de aprofundar e buscar um olhar interdisciplinar, quando o objetivo é dar conta das demandas específicas da Musealização da Arqueologia, que a Arqueologia e a Museologia, separadamente, não podem abarcar.

Quando se fala em acervos arqueológicos, costuma-se associá-los a objetos que representam um passado muito longínquo, sustentados por uma visão preciosista que tende a cristalizá-los dentro de um ideal hegemônico. Essa perspectiva, no entanto, esvazia o potencial desses acervos para a construção de narrativas plurais e para reflexões mais amplas sobre o passado, e, principalmente, sobre aqueles que o construíram. O passado está constituído no presente e, por isso, a Arqueologia deve estar sempre em diálogo com suas demandas.

A partir das reflexões e abordagens desenvolvidas ao longo deste trabalho, comprehende-se que o acervo arqueológico se transforma em portador de significados e deixa de ser apenas um vestígio físico, como discute Pomian em seu conceito de semióforo. Seu status documental não se define apenas pela materialidade, mas pelo conjunto de ações que o atravessam: sua seleção, musealização, documentação e incorporação em narrativas institucionais, bem como pela forma que são (ou não) acessados por outros atores e esferas, distintas da academia do patrimônio.

A musealização pôde ser compreendida tanto sob a perspectiva museológica quanto arqueológica, e o que as aproxima é o fato de ambas estarem vinculadas a regimes de valor, crenças e escolhas que determinam quais objetos devem ser preservados, quais narrativas devem ser contadas e quais identidades devem ser reafirmadas. A documentação museológica,

por sua vez, surge como ferramenta para legitimar esse processo, atuando como mediadora entre o objeto e o público, entre o passado e o presente.

Vale destacar as tensões que atravessam a Musealização da Arqueologia no Brasil, especialmente no que diz respeito aos aspectos legais associados aos processos de licenciamento ambiental. Esses processos resultaram em uma nova perspectiva para a prática arqueológica, ora chamada de “Arqueologia preventiva”, ora “de contrato”... Trata-se de uma prática que muitas vezes se desloca dos interesses acadêmicos e sociais, para atender a demandas econômicas e corporativas de mercado. Essa dinâmica, além de acirrar disputas territoriais e de narrativas, tem sido catalisadora do crescimento exponencial de materiais depositados nas reservas técnicas de instituições de guarda e pesquisa.

A documentação museológica é um dos pilares na gestão dos acervos e, por isso, exige rigor metodológico para que a instituição cumpra sua função social. Com base nas diretrizes do CIDOC e nas contribuições de autores como Padilha, Moro e Bottallo, para que uma documentação eficiente ocorra, são necessárias diretrizes fundamentais como o controle terminológico, a hierarquização das informações, um manual de procedimentos que garanta a continuidade das atividades e a utilização de ferramentas, como o arrolamento, número de registro, ficha catalográfica e o Livro de Tombo. Esses elementos devem estar alinhados à missão institucional de cada museu, considerando também sua realidade em termos de infraestrutura e recursos financeiros.

As especificidades que perpassam os acervos arqueológicos se distinguem de outras tipologias de acervos, como os artísticos ou históricos. Em primeiro lugar, os vestígios arqueológicos estão, quase sempre, fragmentados; ou seja, o objeto não "fala por si", nem sempre é possível identificar de imediato a que peça aquele fragmento pertence. Em segundo lugar, há uma infinidade de tipologias de materiais, que exigem tratamentos específicos tanto de higienização quanto de conservação. Além disso, os procedimentos técnicos de documentação requerem um olhar que vá além da lógica museológica; é necessário também um olhar arqueológico, para que a documentação seja realmente eficaz e capaz de sustentar a construção de narrativas.

No caso da documentação de acervos arqueológicos, um fragmento sozinho não possui capacidade interpretativa. Ele precisa estar associado a um conjunto, ao ambiente de onde foi retirado, ao olhar do arqueólogo que realizou a escavação e aos registros que documentam o contexto arqueológico. São esses registros, que fornecem as informações necessárias para a construção de uma documentação dialógica que integra os procedimentos técnicos e metodológicos da Museologia com as investigações interpretativas da Arqueologia.

A estruturação de uma ficha catalográfica específica para acervos arqueológicos, que considere suas particularidades informacionais, foi um dos pontos centrais para a realização deste trabalho. A partir da análise das fichas e metodologias adotadas por instituições que lidam com esse tipo de acervo, foi possível desenvolver uma proposta que pode contribuir para a gestão dos acervos contidos no Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciência e Técnica da Universidade Federal de Ouro Preto. Complementarmente, a elaboração de um manual de procedimentos orienta um preenchimento padronizado e normatizado, promovendo a consistência das informações e a eficiência na documentação.

A escolha por bibliografias atualizadas reflete o interesse em dialogar com as discussões mais recentes no campo. Ao longo da pesquisa, observou-se a existência de um gap temporal significativo nas pesquisas voltadas às práticas da documentação arqueológica. O trabalho evidenciou que, apesar de alguns avanços, principalmente no campo digital, ainda existem fragilidades consequentes de recursos limitados, infraestrutura precarizada e políticas não continuadas, o que impacta diretamente a eficiência e a continuidade da salvaguarda dos acervos.

A falta de padronização nas práticas documentais é um dos fatores que resultam nos ruídos informacionais, uma realidade ainda presente nas instituições, somada à desarticulação entre arqueólogos e museólogos. Por isso, é necessário promover um diálogo entre as áreas, de modo a fortalecer práticas colaborativas, a fim de construir pontes entre os diferentes saberes envolvidos e garantir que os vestígios arqueológicos sejam compreendidos não apenas como objetos a serem preservados, mas como documentos representativos, que constituem parte da história humana.

REFERÊNCIAS

ARCURI, Marcia; COSTA, Jemima Rodrigues. **Repensando as Velhas Práticas: Transversalidade e os Papéis da Arqueologia e Museologia na Preservação do Patrimônio no Parque Municipal Arqueológico Morro da Queimada - Ouro Preto, MG.** Revista de Arqueologia. Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos, v. 33, n. 3, Set./Dez. 2020.

BALLARDO, Luciana Messeder. **Documentação Museológica: A Elaboração de Um Sistema Documental Para Acervos Arqueológicos e Sua Aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM.** Tese de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

BALLARDO, Luciana Messeder. **Gestão de Coleções Arqueológicas Musealizadas: Métodos de Campo como Subsídios da Documentação Museológica.** Tese de Doutorado, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, Jun. 2021.

BARAÇAL, Anaildo. **Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský .** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

BOTTALLO, Marilúcia. **Diretrizes em Documentação Museológica** In: Documentação e Conservação de Acervos Museológicos: Diretrizes. Governo do Estado de São Paulo, Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari, São Paulo, Jun. 2010.

BRULON, Bruno. **Caminhos Modernos da Musealização: A Fabricação de Musealia no Ocidente.** Revista Tempo Amazônico. Jul./Dez. 2015. v. 3, n. 1, p. 42-61.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: Caminhos Percorridos.** Revista de Arqueologia, v. 26, n. 2, 2013/ v. 27, n. 1, 2014, p. 5-15.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: Um estudo de Modelos para o Projeto Paranapanema.** Cadernos de Sociomuseologia, Tese de Doutorado, 1999. v. 17, n. 17.

CIDOC, Comitê Internacional de Documentação, ICOM, Conselho Internacional de Museus. **Declaração dos Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação Sobre Objetos: Categorias de Informação,** tradução Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, Associação de Amigos do Museu do Café, Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

CONRADO, Luciana; LOPES, Dalton. **Experimentações Sociotécnicas Para Organização e Difusão de Coleções Digitais Universitárias: O Caso do Projeto Tainacan.** Rev. CPC, São Paulo: Ago./Dez. 2020. v. 15, ed. 30 especial, p. 34-61.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. **Você me Daria um “Cheque em Branco”? Um Olhar Sobre o Endosso Institucional em Projetos de Arqueologia.** Revista de Arqueologia, v. 26, n. 2, 2013/ v. 27, n. 1, 2014, p. 116-131.

DUTRA, Letícia; POLO, Mario. **A Torre de Babel da Documentação de Acervos Arqueológicos: Uma Proposta de Gestão Amplia em Meio a Inventários e Catálogos Diversos.** Revista do programa de pós-graduação em sistema da informação da Universidade Federal de Brasília. Museologia & Interdisciplinaridade, Jul./Dez. 2023, v. 12, n. 24.

FERNANDES, Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. **Procedimentos Iniciais de Documentação Sobre Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia-UFRB.** Habitus, Goiânia, Jul./Dez. 2018. v. 16, n. 2, p. 345-360.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática.** IV Fórum de Museus do Nordeste, Recife, 1991.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros.** Prefeitura do Rio, Secretaria Municipal de Cultura, 2016.

GASPAR, Meliam Viganó *et al.* **O Acervo Arqueológico no Museu da Amazônia (MUSA): História de Formação, Organização e Documentação.** Revista Hawò, mai. 2021.v. 2.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. **Manual de Conservação Preventiva em Museus.** Brasília, IBRAM/MinC, 2014.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instituições de Guarda e Pesquisa.** Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>. Acesso: 29 Ago.2025.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lei nº.6.938 de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_6.938_de_31_de_agosto_de_1981.pdf. Acesso: 15 Jul.2025.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Licenciamento Ambiental: Orientações Gerais.** Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/1763/>. Acesso: 15 Jul.2025.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Nota do Iphan sobre o Projeto de Lei nº 2.159/2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/sala-de-imprensa/notas-e-avisos-de-pauta/nota-do-iphan-sobre-o-projeto-de-lei-no-2-159-2021>. Acesso: 15 Set.2025.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016.** Disponível em: http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: 24Mar. 2025.

JOTTA, Carlos Augusto Ribeiro. **Dos Gabinetes de Ensino a Museu: A trajetória da Coleção de Mineralogia da Escola de Minas de Ouro Preto.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2024. v. 17, n. 1.

LAIA, Paulo Otávio; ARCURI, Marcia Maria Suñer. **Os Desafios da Musealização: As Instituições de Guarda do Patrimônio Arqueológico e o Passivo das Coleções**

Provenientes do Licenciamento Ambiental. Anais do IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico, Rio de Janeiro, Out. 2016. p. 220-232.

LEGISLAÇÃO PLANALTO. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em 16 mar.2025.

LE GOFF, Jacques. **Documento, Monumento** In: História e Memória, tradução Bernardo Leitão *et al.* Editora da Unicamp, Revista - Campinas, 7^a ed. 2013.

LEMOS, Diego. **A Musealização da Arqueologia: Um Estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville.** Revista de Arqueologia Parte 2. Musealização da Arqueologia e o Legado Patrimonial no Brasil, v. 26, n. 2, 2013/v. 27, n. 1, 2014.

LOSADA, Larissa; PEREIRA, David. **O Acervo Arqueológico no Museu Histórico Sorocabano: Relato de um projeto para salvaguarda.** Revista do programa de pós-graduação em ciência da informação da Universidade de Brasília. Brasília: Jul./Dez. 2023. v. 12, n. 24, p. 167-191.

MEYRIAT, Jean. **Documento, documentação, documentologia.** Tradução Camila Mariana A. da Silva, Marcílio de Brito e Cristina D. Ortega. Perspectivas em Ciência da Informação, Jul./Set. 2016. v.21, n. 3, p. 240-253.

MORO, Fernanda de Camargo. **Museus: Aquisição e Documentação.** Livraria Eça Editora, Mouseion/Centro de Estudos Museológicos e Ciências do Homem, 1986.

NIEMEYER, Maria Lucia Matheus Loureiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Documento E Musealização: Entretecendo Conceitos.** Museus e Estudos Interdisciplinares. 2013. v.1, p. 1-13.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: O livro sobre o livro: Teoria e Prática,** tradução Taiguara V. Aldabalde *et al.* Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PADILHA, Renata. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo.** Coleção Estudos Museológicos, Florianópolis, 2014. v. 2, p. 10-71.

PEREIRA, Rosa Maria Alves. **Gabinetes de Curiosidades e os Primórdios da Ilustração Científica.** II Encontro de História da Arte-IFCH/ Unicamp, 2006, p. 407-413.

PLANALTO, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Decreto-Lei Nº25, de 30 de novembro de 1937.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso:15 Jul.2025.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção.** Encyclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology: Theories, Methods and Practice.** Thames & Hudson, Londres, 4^a Ed, 2004.

SAB, Sociedade de Arqueologia Brasileira. **Nota da Sociedade de Arqueologia Sobre o PL 2.159/2021 e Seus Impactos aos Bens Arqueológicos.** Florianópolis, 17 Jun.2025.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. **A “Estratigrafia do Abandono” em dois Museus Potiguares.** O Público e o Privado, Jul./ Dez. 2008. n. 12.

TAINACAN. **O que é o Tainacan.** Disponível em: <https://tainacan.org/>. Acesso: 15 Set.2025.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista: Proposições e Provocações Museológicas.** Tese de Doutorado, São Paulo: 2011. v. 1.